



Informativo eletrônico da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP

ALERTA BIBLIOGRÁFICO

Alerta Bibliográfico

**Informativo eletrônico da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP**

ESAE_{PGE-RS}
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Alerta Bib	Porto Alegre	n. 227	50 p.	agosto 2022
------------	--------------	--------	-------	-------------

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Pessoal
Escola Superior de Advocacia de Estado Prof. Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecário Jurídico

Alerta Bibliográfico / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2007)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2007-
Mensal.

Catálogo na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone: (51) 32881656
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br

CATÁLOGO BIBLIOTECA DA PGE

<http://pgepaeph02/cgi-bin/wxis.exe?IscScript=phl84.xis&cipar=phl84.cip&lang=por>
(Intranet-PGE-RS)

LIVROS – AQUISIÇÕES

SUMÁRIOS AGOSTO 2022

LIVRO IMPRESSO

347.963(816.5)(091) / M533 / v.3

Memórias: histórias de quem fez a história da PGE e APERGS. Porto Alegre: APERGS, 2022. v.3. 85 p.

MINHA BIBLIOTECA

O acesso aos livros eletrônicos é realizado no **Portal do Usuário** com login (número da identificação funcional – sem o dígito de vínculo) e senha (6 números iniciais do CPF), a partir de qualquer dispositivo (computadores, tablets e smartphones) conectado à Internet, dentro ou fora da rede da PGE-RS.

Acesse a lista completa de novos títulos da M.B. - agosto 2022:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1TyBjtfk6os5LqvDqXK8zkTJKaL_wC7mv/edit?usp=sharing&oid=103858129447028608053&rtpof=true&sd=true

BARBOSA, Renato K. Corrupção e Dano Social: Análise da Responsabilidade Civil Inclusive na Nova Lei de Improbidade Administrativa. Coimbra: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. 9786556276328. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556276328/>. Acesso em: 01 set. 2022.

DINIZ, M. H. Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica, à lógica jurídica, à norma jurídica e aplicação do direito. São Paulo: Saraiva, 2019. 9786555598629. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598629/>. Acesso em: 01 set. 2022.

DINIZ, Maria H. Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil. v.7. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. 9786555598650. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598650/>. Acesso em: 01 set. 2022.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos S. Investigação e processo dos crimes eleitorais e conexos. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. 9786555599909. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599909/>. Acesso em: 01 set. 2022.

KHOURI, Paulo R. Roque A. Direito do Consumidor na Sociedade da Informação. Coimbra: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. 9786556276380. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556276380/>. Acesso em: 01 set. 2022.

LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e criminal. Santana do Parnaíba (SP): Manole, 2022. E-book. 9786555767278. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555767278/>. Acesso em: 01 set. 2022.

MACHADO, Costa; CHINELLATO, Silmara J. Código civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo Santana do Parnaíba (SP): Manole, 2022. E-book. 9786555767339. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555767339/>. Acesso em: 01 set. 2022.

MELLO, Marcos Bernardes D. Teoria do fato jurídico - Plano de existência. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. 9788553611898. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611898/>. Acesso em: 01 set. 2022.

RAMOS, André de C. Processo internacional de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. 9786555599275. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599275/>. Acesso em: 01 set. 2022.

VASCONCELOS, Clever da; SILVA, Marco Antonio. Direito eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. 9786553620063. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620063/>. Acesso em: 01 set. 2022.

BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

Caso seja solicitado "**Entrar com o One Pass**", será preciso acessar o ProView no link: <https://proview.thomsonreuters.com/library.html?sponsor=PG-1>. Após este acesso, o link dos livros deve funcionar normalmente. Acesso restrito aos membros da PGE-RS.

Ágio na Lei 12.973/2014 - Ed. 2022

Autor: Ramon Tomazela Santos

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/235813234/v2>

Ativismo Judicial - Ed. 2022

Autor: Georges Abboud

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/296045000/v1>

Código Penal Comentado - Ed. 2022

Autor: Luciano Anderson de Souza

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/codigos/250944534/v2>

Coisa Julgada Revisitada - Ed. 2022

Autor: Anissara Toscan

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/295066056/v1>

Coisa Julgada sobre Questão - Ed. 2022

Autor: Luiz Guilherme Marinoni

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/153916477/v3>

Constituição Federal Comentada - Ed. 2022

Autor: Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/codigos/99407083/v8>

Conteúdo Extra - Manual de Direito do Consumidor - Ed. 2022

Autor: Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques, Leonardo Roscoe Bessa

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/296044670/v1>

Cooperação no Processo Civil - Ed. 2022

Autor: Gustavo Dall'Olio

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/295069624/v1>

Curso de Direito Tributário - Ed. 2022

Autor: Tathiane Piscitelli

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/266277181/v2>

Direito Fundamental à Saúde - Ed. 2022

Autor: Saulo Lindorfer Pivetta

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/100074900/v2>

Fake News - Ed. 2022

Autor: Diogo Rais

Editor: Thomson Reuters Brasil

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/156970600/v3>

Justiça Criminal - Vol. 1 - Ed. 2022

Autor: Rogerio Schietti Cruz, Américo Bedê Júnior, Guilherme Madeira Dezem

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/295067737/v1>

Legis Exclusiva Proview 2022 - 21ª Edição

Autor: Equipe RT

Editor: Thomson Reuters Brasil

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/codigos/156712515/v6>

Lei de Recuperação de Empresas e Falência - Ed. 2022

Autor: Manoel Justino Bezerra Filho

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/codigos/100073452/v16>

Manual de Direito do Consumidor - Ed. 2022

Autor: Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques, Leonardo Roscoe Bessa

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/91713421/v10>

Metaverso e Direito - Ed. 2022

Autor: Bernardo de Azevedo e Souza

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/295061050/v1>

Processo Penal - Ed. 2022

Autor: Gustavo Henrique Badaró

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/104402244/v10>

Produção de Provas em Sede Recursal - Ed. 2022

Autor: José Américo Zampar Júnior

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/208381050/v2>

Propaganda Eleitoral - Ed. 2022

Autor: Alberto Rollo, João Fernando Lopes de Carvalho, Mariangela Tamaso

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/296043004/v1>

Reclamação nas Cortes Supremas - Ed. 2022

Autor: Daniel Mitidiero

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/247903211/v2>

Regularização Fundiária: Lei 13.465/2017 - Ed. 2022

Autor: Alberto Gentil de Almeida Pedroso

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/151545325/v2>

Relevância no Recurso Especial - Ed. 2022

Autor: Daniel Mitidiero

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/296752106/v1>

Teoria da Improbidade Administrativa - Ed. 2022

Autor: Fábio Medina Osório

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/101686518/v6>

PERIÓDICOS

SUMÁRIOS AGOSTO 2022

Fórum Administrativo, n. 167

CARRASCOSA, Angelo Demetrius de Albuquerque. O papel dos Procuradores do Estado na política e a relação com a autonomia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 9-19, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

DIAS, Bruno Fernandes. Responsabilidade de pessoas jurídicas e físicas em matéria de corrupção: o regime jurídico da Lei nº 12.846/2013. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 20-35, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

LOPES, Bruno Matias. Consultoria jurídica e representação judicial dos Estados e do Distrito Federal exercida por servidores estranhos à carreira da advocacia pública e improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 36-52, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

REIS, José Carlos Vasconcellos dos. O princípio da simetria: verdade ou mito?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 53-65, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

MANOEL, Vinícius. A responsabilidade civil do Estado por crimes cometidos por presidiários. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 75-91, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Concurso público realizado por terceiros, com pagamento pelas inscrições, e o interesse público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 93-96, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso extraordinário - Direito penal - Crime ambiental - Responsabilidade penal da pessoa jurídica - Condicionamento da ação penal à identificação e à persecução concomitante da pessoa física que não encontra amparo na Constituição da República. STF- Recurso Extraordinário nº 548.181/PR. Relatora: Rosa Weber. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 99-113, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público federal - Mandado de segurança - Acumulação de cargos privativos de profissionais de saúde - Jornada semanal superior a 60 (sessenta horas) - Ausência de direito líquido e certo - Segurança denegada. STJ- Mandado de Segurança nº 19.336/DF (2012/0225637-7). Relatora: Eliana Calmon. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 114-120, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Improbidade administrativa - Prefeitura municipal - Doação de mercadorias importadas isentas de tributos - Entidades beneficentes e igrejas - Falta de demonstração de prejuízo ao erário e do elemento subjetivo da improbidade - Provimento da apelação. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 2009.32.00.002429-7/AM. Relator: Olindo Menezes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 121-122, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso público - Aeronáutica - Cargo de natureza administrativa - Exigência de altura mínima - Ilegalidade e desarrazoabilidade. TRF 2ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 477950 - 2009.51.01.013495-6. Relator: Alexandre Libonati de Abreu. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 123-124, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Contribuição previdenciária - Repetição - Servidor público vinculado a regime próprio que equivocadamente recolhe contribuição para o regime geral na condição de segurado facultativo - Boa-fé - Vedação ao enriquecimento indevido. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0016038-73.2002.4.03.9999/SP (2002.03.99.016038-0/SP). Relator: Cotrim Guimarães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 125-127, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil e Administrativo - Ação rescisória - Desapropriação - Indenização do reflorestamento feito após o Decreto-Expropriatório - Violação a literal disposição de lei - Inocorrência. TRF 4ª R- Ação Rescisória nº 0000360-63.2012.404.0000/SC. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Junior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 128-132, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Remessa oficial e apelações - Posse em cargo público - Pessoa portadora de nefropatia grave - Provas de compatibilidade do estado de saúde com o exercício funcional - Invalidação do ato administrativo declaratório de inaptidão - Indenização pela posse tardia - Descabimento - Desprovento. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 570874/PB. Relator: Roberto Machado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 133-134, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 59). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.167, p. 157, jan. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 168

PEREIRA, Anna Carolina Migueis. Dispute boards e administração pública: a utilização dos dispute boards como alternativa extrajudicial de solução de conflitos nos contratos administrativos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 9-28, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. O afastamento “in limine” do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, e a indisponibilidade de bens em ações de improbidade administrativa: a jurisprudência necessária. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 29-33, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Controle de políticas públicas pelo advogado público (?!): considerações embrionárias. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 34-61, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

KLITZKE, Simone. Gestão sucessória no serviço público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 62-70, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

VINCI JÚNIOR, Wilson José. As empresas estatais e o compromisso de ajustamento de conduta. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 71-84, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

LESSA, Sebastião José. Proposta de inclusão no processo administrativo disciplinar, de representação para decretação de medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações administrativas e disciplinares, inclusive de busca e apreensão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 85-87, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Repercussão Geral - Concurso público - Regras restritivas em edital - Cláusula de barreira - Critérios objetivos relacionados ao desempenho meritório do candidato - Seleção dos mais bem classificados - Ausência de violação ao princípio da isonomia - Amparo constitucional. STF - Recurso Extraordinário nº 635.739/AL. Relator: Gilmar Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 91-97, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Processual. Civil - Servidor público estadual - Recondução - Vacância - Definição - Omissão na legislação do Estado - Pleito de analogia - Parcimônia - Indicação de direito constitucional de cunho autoaplicável - Dispositivos gerais - Não realização - Impossibilidade no caso em tela - Ausência de direito líquido e certo. STJ - Recurso em Mandado de Segurança nº 46.438 - MG (2014/0225608-3). Relator: Humberto Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 98-100, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Civil, administrativo e processual civil - Concurso público para o cargo de analista administrativo da empresa brasileira de serviços hospitalares - Aprovação em vaga reservada para deficiente físico - Convocação - Perícia médica - Erro material do laudo apresentado - Indicação incorreta da CID - Afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade - Direito à nomeação e posse reconhecido - Danos materiais - Cabimento - Dano moral - Caracterizado. TRF 1ª R - Apelação Cível na Ação Ordinária nº 0053134-05.2013.4.01.3400/DF. Relator: Souza Prudente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 101-103, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Adoção por casal homoafetivo - Licença à gestante ou à adotante, com prorrogação legal (Decreto nº 6.690/08) - Impossibilidade - Direito à licença paternidade, por 5 dias consecutivos - Art. 208 da Lei nº 8.112/90. TRF 2ª R - Remessa Ex Officio em Ação Cível no 0008790-13.2014.4.02.5101 (2014.51.01.008790-1). Relator: Guilherme Couto de Castro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 104-106, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Mandado de segurança - Cartório de registros e notas - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ - Nova inscrição. TRF 3ª R - Apelação Cível no 0022493-96.2011.4.03.6100/SP (2011.61.00.022493-4/SP). Relator: Nery Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 107-108, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Candidato aprovado em concurso público - Vaga surgida durante o prazo do edital - Resolução nº 87/12 do TRF4 - Alternância na destinação das vagas - 50% para remoção e 50% para concurso público - Legalidade do ato combatido - Não configuração do direito líquido e certo à vaga. TRF 4ª R - Mandado de Segurança nº 0002858-64.2014.404.0000/RS. Relator: Luiz Carlos de Castro Lugon. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 109-114, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Pensão temporária - Bisnetos dependentes economicamente - Direito. TRF 5ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 31418/PB (0000632-05.2011.4.05.8200). Relatora: Joana Carolina Lins Pereira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 115-116, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 60). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.168, p. 137, fev. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 169

PEREIRA, Bruno Cláudio Penna Amorim. Os mecanismos de controle político de constitucionalidade das leis e das proposições legislativas: uma breve análise do direito comparado e do sistema de custódia constitucional no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 9-22, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

XAVIER, Gabriela Costa; OTONI, Flávia; ESPÍNOLA, Thaísa Ferreira Amaral Gomes. Educação como instrumento de efetivação da democracia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 23-32, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. A desnecessária indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 33-39, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

REZENDE, Luciano dos Santos. O direito constitucional de celeridade e razoável duração do processo no âmbito administrativo sob a ótica do direito como integridade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 40-54, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

MEIRA, Marcos. O neoconstitucionalismo e sua influência sobre a ciência processual: algumas reflexões sobre o neoprocessualismo e o projeto do novo Código de Processo Civil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 55-74, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

VINCI JÚNIOR, Wilson José. Da possibilidade de controle das decisões das agências reguladoras através do recurso hierárquico impróprio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 75-84, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Responsabilidade dos agentes públicos por atos de lesão à sociedade – inteligência dos §§5º e 6º do artigo 37 da CF – improbidade administrativa por culpa ou dolo – disciplina jurídica do impeachment presidencial (artigo 85 inciso V da CF). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 85-96, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso extraordinário - Repercussão geral reconhecida - Direito administrativo e constitucional - Mandado de segurança - Pretendida extensão a servidora inativa da docência na rede pública estadual de ensino - Possibilidade de extensão da verba aos servidores inativos, por ser ela dotada de caráter geral - Inteligência do art. 40, § 8º, da Constituição Federal - Precedentes do Supremo Tribunal Federal aplicáveis ao caso - Fixação de teses - Recurso não provido. STF - Recurso Extraordinário nº 596.962/MT. Relator: Dias Toffoli. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 99-102, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Recurso ordinário em mandado de segurança - Servidor público aposentado - Parcela remuneratória devida a título de honorários advocatícios - Extensão aos Procuradores do Tribunal de Contas do município de São Paulo - Inconstitucionalidade - Posterior supressão - Possibilidade - Provimento negado. STJ - Recurso em Mandado de Segurança nº 20.728/SP (2005/0156898-0). Relator: Rogério Shietti Cruz. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 103-105, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Civil, administrativo e processual civil - Responsabilidade civil - Concurso público para o cargo de agente de Polícia Federal - Exclusão do certame em virtude de suposta homossexualidade do candidato - Direito à nomeação e posse reconhecimento em decisão judicial transitada em julgado - Danos morais e materiais - Cabimento - Verba honorária. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 2008.34.00.033210/3/DF (0033404194.2008.4.01.3400). Relator: Souza Prudente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 106-115, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Responsabilidade civil - Militar em exercício na Força Nacional de Segurança - Atropelamento por veículo pertencente a terceiro - Risco inerente a sua função - Ausência de invalidez - Danos materiais e moral inexistentes - Recurso desprovido. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 584563 (2008.51.01.017348-9). Relator: Guilherme Diefenthaler. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 116-118, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Direito ambiental - Direito processual - Civil - Ação civil pública - Área de preservação permanente - Conjunto residencial - Termo de ajuste de conduta. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0000597-32.2009.4.03.6111/SP (2009.61.11.000597-5/SP). Relator: Carlos Muta. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 119-126, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Ação ordinária de greve - Movimento paredista limitado a uma unidade da federação - Competência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região firmada no caso concreto pelo STJ e ratificada pelo STF - Desconto dos dias parados - Possibilidade - Suspensão do vínculo estatutário - Precedentes - Lançamento de falta injustificada - Impossibilidade - Sucumbência recíproca. TRF 4ª R - Petição nº 0000142/64.2014.404.0000/DF. Relator: Fernando Quadros da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 127-132, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Plano de saúde - Fundo de Saúde do Exército – FUSEX - Tratamento médico, cirurgia e internação em organização de saúde estranha às Forças Armadas - Hospital não conveniado - Ausência de prova de que referidos procedimentos não poderiam ter se dado em hospital credenciado - Ressarcimento que se faz indevido. TRF 5ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 20825/CE (000734369.2010.4.05.8100). Relator: Fernando Braga. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 133-135, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 61). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.169, p. 161-163, mar. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 170

LEOPOLDO, Alexsandro Juvencio. Advocacia pública preventiva de demandas judiciais através dos agentes setoriais da Procuradoria-Geral do Estado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 9-14, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

SOUZA, Alisson de Bom e. Greve nos órgãos de segurança estaduais e as medidas coercitivas para garantir o retorno ao trabalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 15-23, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Cláudio Henrique de. A árdua missão do procurador de identificar e defender o interesse público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 24-30, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

FREITAS, Juarez. Princípio da moralidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 31-46, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

SOUZA, Rodrigo Pagani de. Empresas estatais constituídas para o exercício de poder de polícia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 47-63, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

PIAUILINO, Virgínio Borges. Reflexões sobre o dever constitucional da justa indenização nas desapropriações. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 64-77, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

LESSA, Sebastião José. Improbidade administrativa: enriquecimento ilícito presumido do agente público (art. 37, §4º, CF; art. 9º, caput e inc. VII, Lei nº 8.429/92). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 79-82, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta de inconstitucionalidade - Lei Estadual nº 8.186/ 2007 (alterada pelas Leis nºs 9.332/2011 e 9.350/2011) do Estado da Paraíba: art. 3º, inciso I, alínea "a" ("na elaboração de documentos jurídicos") e anexo IV, itens ns. 2 a 21 (nas partes que concernem a cargos e a funções de consultoria e de assessoramento jurídicos) - Cargo de provimento em comissão - Funções inerentes ao cargo de Procurador do Estado - Aparente usurpação de atribuições privativas reservadas a Procuradores do Estado e do Distrito Federal pela própria Constituição da República (art. 132) - Plausibilidade jurídica da pretensão cautelar - Manifestações favoráveis do Advogado Geral da União e do Procurador-Geral da República - Decisão concessiva de suspensão cautelar de eficácia das normas impugnadas inteiramente referendada, nos termos do voto do relator, prejudicado o recurso interposto - O significado e o alcance da regra inscrita no art. 132 da Constituição da República: exclusividade e intransferibilidade, a pessoas estranhas ao Quadro da Advocacia de Estado, das funções constitucionais de Procurador do Estado e do Distrito Federal. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.843/PB. Relator: Celso de Mello. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 85-94, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Mandado de segurança - Administrativo - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - Demissão - Processo administrativo disciplinar - Comissão Processante integrada por servidor em estágio probatório no cargo de Auditor Fiscal - Arts. 149 e 150 da Lei 8.112/90 - Garantia ao investigado e aos membros da Comissão que, sendo estáveis no cargo, podem atuar independente e imparcialmente - Nulidade absoluta verificada - Prejuízo presumido para a defesa do impetrante - Segurança concedida nos termos do parecer do MPF. STJ- Agravo Regimental no Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 20.689- DF (2013/0413950-4). Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 95-97, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Ação de improbidade administrativa - Conduta libidinoso perante pacientes sedados - Contratado por fundação pública - Administração pública indireta - Responsabilização - Lei 8.429/92 - Independência das instâncias civil, penal e administrativa - Indeferimento da inicial - Presença dos requisitos - Índícios de ocorrência de ato ímprobo - Remessa à origem para prosseguimento da ação. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0025090-03.2014.4.01.3800/MG. Relator: Mário César Ribeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 98-101, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação e remessa necessária - Concurso público - Aprovação - Classificação dentro do número de vagas - Cargo de Médico: medicina de urgência do Hospital Geral de Bonsucesso - Ausência de certificado na área de atuação - Liminar cassada não cumprida pela Administração - Posse no cargo e efetivo exercício - Excepcionalidade do caso - Incidência do princípio da razoabilidade - Aplicação da teoria do fato consumado - Mais de 7 (sete) anos exercendo o cargo - Comprovada experiência na área de medicina de urgência, em razão do decurso de tempo - Desconsideração dos fatos supervenientes - Prejuízos à candidata, à própria Administração Pública e à população usuária dos serviços de saúde pública. TRF 2ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 2007.51.01.004653-0. Relator: Marcus Abraham. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 102-107, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito Constitucional, Administrativo e Processual Civil - Responsabilidade objetiva do Estado - Omissão específica do agente público - Danos materiais - Acidente de veículo em rodovia federal - Negligência do DNER/DNIT configurada - Presença de dano e nexos causal - Desconto dos valores recebidos a título de seguro obrigatório do montante da indenização - Possibilidade - Entendimento da Súmula 246, STJ. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0000027-17.2007.4.03.6111/SP (2007.61.11.000027-0/SP). Relator: Márcio Moraes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 108-110, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Direito Administrativo - Ação de ressarcimento de danos ao Erário - Prescrição - CF/88, art. 37, §5º - Dano que não decorre de ato de improbidade administrativa - Prazo quinquenal. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5008970-61.2014.404.0000/RS. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 111-114, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo. Servidor Público Federal - Concurso Público - Apelação cível a desafiar sentença que julgou improcedente o pedido de declaração da nulidade do Procedimento Administrativo 23065.013179/2008-71, instaurado pela Universidade Federal de Alagoas, ora apelada, culminando com a determinação de realização de nova prova para o cargo de Bibliotecário Documentalista do concurso regido pelo Edital nº 13/2008. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 573066/AL. Relator: Vladimir Souza Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 115-118, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 62). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.170, p. 145-146, abr. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 171

SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos. Concurso público: direito subjetivo à nomeação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 9-16, maio 2015. ISSN 1984-4107.

FAERMANN, Flávia. A autonomia em relação ao Poder Executivo e a democratização das eleições para o cargo de Procurador-geral do Estado: atributos característicos de uma função essencial à justiça. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 17-23, maio 2015. ISSN 1984-4107.

FERREIRA, Geraldo Junio de Sá. Transferência de veículo: Interpretação mitigada do artigo 134 do CTB visando a uma gestão eficiente e combate à judicialização. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 24-32, maio 2015. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. O que distingue a greve dos servidores públicos civis dos servidores públicos militares na visão do e. Supremo Tribunal Federal: a recente decisão monocrática na Reclamação nº 17.915. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 33-36, maio 2015. ISSN 1984-4107.

ROCHA, Luiz Carlos da. Breves considerações sobre o princípio do constitucionalismo ao neoconstitucionalismo pós-positivista. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 37-49, maio 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Maurine Morgan P. A acumulação remunerada de cargos públicos: a compatibilidade de horários e o poder normativo da administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 50-64, maio 2015. ISSN 1984-4107.

COUTINHO, Nilton C. A. Probidade e ética na gestão pública: a Lei nº 12.846/2013 e a importância do advogado público no combate à corrupção. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 65-70, maio 2015. ISSN 1984-4107.

KURACHI, Nilton Kiyoshi. A ordem econômica e a intervenção estatal hodierna propulsora da mitigação da autonomia ou viabilizadora da justiça social. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 71-81, maio 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta - Lei ordinária que estabelece subteto aplicável aos servidores da justiça desvinculado do subsídio mensal dos desembargadores - Inteligência do art. 37, XI e §12, CF. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.900/DF. Relator: Teori Zavascki. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 85-96, maio 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Recurso especial - Concurso público - Exame psicológico - Critérios subjetivos e ausência de motivação do ato que declarou o candidato não recomendado - Nulidade da avaliação - Necessidade de novo exame. STJ - Recurso Especial nº 1.444.840 - DF (2013/0322994-9). Relator: Benedito Gonçalves. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 97-103, maio 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Mandado de segurança - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC - Plano de previdência complementar - Paridade de contribuição - Art. 202, §3º, da Constituição Federal - Aplicabilidade - Sentença mantida. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 2007.34.00.012512-3/DF. Relator: Néviton Guedes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 104-105, maio 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Bem tombado pelo IPHAN - Proprietário não identificado - Conservação - Responsabilidade - Decreto-Lei nº 25/37 - Ilegitimidade passiva do município. TRF 2ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 2007.51.03.004089-2. Relator: José Antonio Lisboa Neiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 106-111, maio 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Remessa oficial - Ensino superior - Estudante dependente - Militar - Alteração de lotação ex officio - Transferência obrigatória - Lei nº 9.536/1997 - Estabelecimentos não congêneres - Possibilidade - Precedentes desta corte e do STJ - Reexame necessário desprovido. TRF 3ª R - Reexame Necessário Cível nº 0004148-91.2011.4.03.6000/MS (2011.60.00.004148-5/MS). Relatora: Simone Schroder Ribeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 112-114, maio 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Direito constitucional e administrativo - Concurso público - Portador de deficiência - Condições para realização da prova - Descumprimento do edital pela administração - Danos morais configurados. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5001394-62.2011.404.7003/PR. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 115-129, maio 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso de remoção - Desistência tácita de candidato - Reclassificação do autor após o término do procedimento de remoção - Impossibilidade. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 525844/PE (0000233-58.2011.4.05.8302). Relatora: Cíntia Menezes Brunetta. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 130-131, maio 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 62-A). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.171, p. 157-158, maio 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 172

ROMANELLI, Fernanda Piaginni. A intervenção de entidades participativas nos litígios de interesse público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 9-25, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Alguns apontamentos sobre impropriedades verificadas recentemente em ações de improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 26-35, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

BITTES, José Márcio; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. Responsabilização jurídica da ineficiência administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 36-50, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

ROCHA, Luiz Carlos da. Autonomia universitária. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 51-59, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. Uma dogmática emancipatória dos direitos sociais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 60-71, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

COSTA, Rennan Gustavo Ziemer da. Poder normativo do Conselho Nacional de Justiça. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 72-89, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Competência legislativa da União, Estados, Municípios e Distrito Federal para registrar, acompanhar e fiscalizar pesquisa e exploração de recursos hídricos. Constitucionalidade da Lei do Estado do Pará nº 8.091/2014 que instituiu taxa para tal finalidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 91-106, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

MATTIETTO, Leonardo. A nova lei argentina de responsabilidade civil do estado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 107-112, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo regimental em mandado de segurança - Jurisprudência consolidada - Poderes do relator - Concessão de aposentadoria - Ato complexo - Termo inicial do prazo previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 - Relação jurídica continuativa - Modificação do estado de fato ou de direito - Exaurimento da eficácia de sentença acobertada pela coisa julgada - Princípio da irredutibilidade de vencimentos. STF- Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 31.527/DF. Relatora: Rosa Weber. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 115-119, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil e Administrativo - Recurso especial - Servidor público federal - Professores universitários - Pretensão de recebimento do adicional de atividade penosa - Art. 71 da Lei 8.112/1990 - Impossibilidade - Necessidade de regulamentação - Norma de eficácia limitada - Precedente da Turma Nacional de Uniformização - Recurso especial não provido. STJ- Recurso Especial nº 1.495.287 - RS (2014/0290215-4). Relator: Mauro Campbell Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 120-124, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Mandado de segurança - Remessa oficial - Concurso público - Adventista do Sétimo Dia - Resguardo do sábado - Realização de prova em horário especial - Possibilidade - Incomunicabilidade prévia - Liberdade de pensamento e de crença religiosa. TRF 1ª R- Reexame Necessário nº 0028069-42.2012.4.01.3400/DF. Relator: Néviton Guedes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 125-126, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Penalidade de demissão - Abandono de cargo - Dependente químico crônico - Inexistência de animus abandonandi - Ilegalidade do ato demissório. TRF 2ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0002396-38.2010.4.02.5001 (2010.50.01.002396-4). Relator: Aluisio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 127-130, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e Constitucional - Responsabilidade civil do Estado - Ordem dos Advogados do Brasil - Publicação de lista de desagravo na internet - Responsabilidade objetiva - Danos morais presentes. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0001709-40.2007.4.03.6100/SP (2007.61.00.001709-3/SP). Relator: Mairan Maia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 131-134, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Servidor público - Infração dos arts. 117, IX e 132, IV, da Lei 8.112/90 - Valer-se do cargo para proveito próprio ou alheio e improbidade - Operação Rio Negro - Fraude aduaneira no Porto de Manaus - Participação do Auditor Fiscal - Prova de autoria e dolo - Ausência - Elemento subjetivo dos tipos - Necessidade de comprovação - Proceder de forma desidiosa - Requisito - Habitualidade - Não ocorrência - Pretensão de anulação de ato administrativo vinculado - Possibilidade de controle judicial - Observância da razoabilidade e da proporcionalidade - Demissão - Afastamento - Reintegração imediata - Cabimento - Apelação provida. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5014485-34.2011.404.7000/PR. Relatora: Salise Monteiro Sanhotene. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 135-154, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil e Ambiental - Embargos infringentes - Construção em área de preservação permanente - Tolerância do órgão de fiscalização por muitos anos - Inexistência de razoabilidade na aplicação de multa - Manutenção apenas da proibição de ampliar e reformar a construção - Embargos infringentes não providos. TRF 5ª R- Embargos Infringentes em Ação Cível nº 560140/PB (0002298-38.2011.4.05.8201/01). Relator: Rogério Fialho Moreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 155-156, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 63). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.172, p. 181, jun. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 173

FAZZA, Ana Luiza Lima. O direito à saúde e a possibilidade do controle judicial. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 9-22, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

GALVÃO, Leonardo Vasconcellos Braz. A inconstitucionalidade do art. 25 da Lei Anticorrupção. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 23-30, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

ROCHA, Luiz Carlos da. Desafios do constitucionalismo no século XXI. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 31-41, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

LANGONI, Rafaella Cardoso. Constitucionalização do direito administrativo: reflexos na processualidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 42-51, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

MARTINS, Silvia Portes Rocha. O novo marco regulatório das parcerias voluntárias: modificações trazidas pela Lei nº 13.019/2014. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 52-61, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

MUKAI, Toshio. Comentários à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Lei Anticorrupção contra pessoas física e jurídica de direito privado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 62-71, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

ARRUDA NETO, Pedro Thomé de. Políticas públicas, minimum existencial, oposição da “cláusula da reserva do possível” e a proibição do retrocesso social no direito brasileiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 73-77, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Previdenciário e constitucional - Lei estadual que incluiu no regime próprio de previdência a segurados que não são servidores de cargos efetivos na administração pública - Art. 40 da Constituição Federal - Necessária vinculação ao Regime Geral de Previdência Social. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.641/SC. Relator: Teori Zavascki. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 83-88, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil e administrativo - Ação rescisória - Processo administrativo disciplinar - Alegação de ofensa a literal disposição de lei - Prescrição do fundo de direito - Art. 1º do Decreto n. 20.910/32 - Sentença penal absolutória - Ausência de repercussão na esfera administrativa - Pedido improcedente. STJ - Ação Rescisória nº 3.694 - SP (2006/0284281-0). Relator: Schietti Cruz. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 89-93, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Mandado de segurança - Servidor público - Cumulação de cargos na área de saúde - Dois cargos de técnico em Radiologia - Limitação de carga horária - Danos à saúde - Lei n. 7.394/85 - Impossibilidade - Direito fundamental indisponível - Segurança denegada. TRF 1ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 2006.38.00.029755-2/MG. Relator: Cleber José Rocha. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 94-96, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Remessa necessária e apelação cível - Mandado de segurança - Servidor público - Averbação de tempo em gozo de licença sem vencimentos, com ocupação de cargo público distinto - Artigo 37, XVI, CRFB - Vedação - Não incidência - Remessa necessária e recurso da União Federal providos em parte - Correção de erro material e manutenção da sentença atacada quanto aos demais termos. TRF 2ª R - Apelação/Reexame Necessária nº 0002382-49.2013.4.02.5001 (2013.50.01.002382-5). Relator: Marcelo Pereira da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 97-99, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Demissão - Efeitos do parágrafo único do art. 137 da Lei 8.112/1990 - Constitucionalidade. TRF 3ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 0014403-68.2008.4.03.6112/SP (2008.61.12.014403-7/SP). Relator: Peixoto Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 100-101, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação civil pública - Iluminação pública - Trecho de rodovia federal inserido em limite territorial de município - Perímetro urbano - Responsabilidade do DNIT - Descabimento - Competência constitucional do município. TRF 4ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 5013492-53.2014.404.7204/SC. Relator: Fernando Quadros da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 102-109, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Ação civil pública - Ambiental - Construção em APP e conjunto urbano - Total ausência de fiscalização - Demolição - Inaplicabilidade - Medida drástica reconhecida pelo laudo oficial e vedada no Decreto 6514/2008 - Atividade permitida e de baixo impacto ambiental - Lei 12.651/2012 - Dano ambiental - Inexistência - Compensação - Não ressarcimento - Exercício regular de direito - Prescrição - Infração de natureza instantânea de efeitos permanentes - Provimento do recurso - Ação improcedente. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 573653/CE - 2006.81.01.000770-0 [0000770-51.2006.4.05.8101]. Relator: José Maria de Oliveira Lucena. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 110-114, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 64). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.173, p. 141, jul. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 174

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. O Tribunal Marítimo e a Procuradoria-Especial da Marinha: características e desenho institucional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 9-16, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

COUTINHO, Doris de Miranda. A visão contemporânea do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Eleitoral sobre os julgamentos dos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 17-26, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

LOBO FILHO, Fernando Rissoli; GUADANHIN, Gustavo de Carvalho. O compromisso de ajustamento de conduta como mecanismo de consenso em matéria de improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 27-33, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa. O marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil e o alcance dos auxílios e subvenções. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 34-38, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

CAMPELLO, Geórgia Teixeira Jezler. Os princípios da capacidade contributiva e da progressividade no sistema de direito positivo nacional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 39-45, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

BUÍSSA, Leonardo; BEVILACQUA, Lucas. Consensualidade na administração pública e transação tributária. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 46-54, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

MUKAI, Toshio. Regulamentação da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção contra pessoas físicas e jurídicas do direito privado). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 55-63, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

PIAUILINO, Virgínio Borges. Silêncio administrativo: efeitos jurídicos no Brasil e em Portugal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 64-73, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

PRUDENTE, Antônio Souza. A quebra do sistema de pré-requisito curricular dos cursos de direito no Brasil na sistemática do Novo CPC. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 75-77, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade - Lei nº 17.882/2012 do Estado de Goiás - Serviço de Interesse Militar Voluntário (SIMVE) - Inobservância da regra constitucional impositiva do concurso público - Violação aos art. 37, II, e 144, §5º, da Constituição da República - Previsão genérica e abrangente de contratação temporária: ofensa aos arts. 37, II, IX, e 144, caput, da CRFB/88 - Inconstitucionalidade formal - Lei estadual que contraria normas gerais editadas pela União - Ação julgada procedente. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.163/GO. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 81-97, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso público - Agente penitenciário federal - Exame psicológico - Perfil profissiográfico - Critérios subjetivos - Motivos e motivação insuficientes - Possibilidade de impugnação judicial - Princípios do livre acesso aos cargos público, da impessoalidade e da inafastabilidade do controle jurisdicional dos atos da Administração Pública - Honorários advocatícios - Valor reduzido - Art. 20, §§3º e 4º, do Código de Processo Civil-CPC - Sentença parcialmente reformada. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 2009.41.01.002224-1/RO. Relator: Néviton Guedes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 109-112, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Direito Administrativo - Apelação e remessa necessária - Acumulação de cargos - Técnico Científico e Professor - Mais de 35 anos - 80 horas semanais - Portaria MS nº 1.281/2006 - Possibilidade Excepcional. TRF 2ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0001858-14.2011.4.02.5101 (2011.51.01.001858-6). Relatora: Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 113-116, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Agravo legal - Mandado de segurança - Administrativo - Servidor público - Indenização por férias não gozadas do aposentado por invalidez - Possibilidade - Direito a férias referentes a período em que o servidor esteve em licença - Possibilidade - Súmulas 271 STF e art. 14, §4, Lei 12.016/09 - Inaplicabilidade. TRF 3ª R- Agravo Legal em Apelação Cível nº 0007912-32.2004.4.03.6000/MS (2004.60.00.007912-5/MS). Relator: Luiz Stefanini. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 117-120, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação civil pública - Plano Diretor de Florianópolis/SC - Legitimidade passiva da União - Legitimidade ativa do Ministério Público Federal - Competência da Justiça Federal - Demais preliminares afastadas - Negativa de vigência, pelo Executivo municipal, à Lei 10.257/01 (Estatuto das Cidades) e à Constituição Federal - Controle de legalidade exercido pelo Judiciário - Participação informada como condição para a legalidade - Responsabilização do município - Reforma da sentença no que toca à condenação da União. TRF 4ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 5021653-98.2013.404.7200/SC. Relatora: Salise Monteiro Sanchotene. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 121-127, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Penal e Processual Penal - Apelação criminal - Ex-prefeito - Crimes previstos no artigo 90 da Lei nº 8.666/93 e artigo 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67 - Sentença condenatória - Trânsito em julgado para a acusação - Preliminar de prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto na modalidade retroativa - Acolhimento - Extinção da punibilidade - Declaração - Extensão do reconhecimento da prescrição à sanção de inabilitação para o exercício de cargo ou função pública - Possibilidade (precedente do STJ) - Mérito da apelação dos réus prejudicados. TRF 5ª R- Apelação Criminal nº 12054/PB - 0003680-03.2010.4.05.8201. Relator: Rogério Fialho Moreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 128-130, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de Oliveira. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (Art. 65). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.174, p. 159, ago. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 175

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Déficit democrático do Estado Brasileiro (legislativo e administrativo). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 9-15, set. 2015. ISSN 1984-4107.

MATOS, Frederico Nunes de. O contrato administrativo como alternativa ao ato administrativo unilateral: breve análise jurídico-comparada. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 16-28, set. 2015. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. A necessidade de concessão de oportunidade para oferta de defesa em ação de improbidade. Contraditório. Ampla defesa. Devido processo legal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 29-32, set. 2015. ISSN 1984-4107.

GUADANHIN, Gustavo de Carvalho. Serviço público de transporte ferroviário: devolução pelo concessionário de bens de valor histórico-cultural não utilizados. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 33-46, set. 2015. ISSN 1984-4107.

ORTOLAN, Marcelo Augusto Biehl. Reforma administrativa, infraestruturas e instrumentos de gestão interfederativa de serviços públicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 47-58, set. 2015. ISSN 1984-4107.

BAPTISTA, Patrícia. A evolução do Estado regulador no Brasil: desenvolvimento, globalização, paternalismo e judicialização. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 59-65, set. 2015. ISSN 1984-4107.

RODRIGUES, Raphael Silva; GUIMARÃES, Flávia Álvares. A interpretação da falta grave no âmbito do processo administrativo disciplinar. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 66-76, set. 2015. ISSN 1984-4107.

MUKAI, Toshio. Anotações à Portaria nº 910, de 7.4.2015. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 77-80, set. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade - Emenda Constitucional nº 88/2015 - Cumulação de ações em processo objetivo - Possibilidade - Art. 292 do Código de Processo Civil - Aplicação subsidiária - Mérito - Aposentadoria compulsória aos 75 anos de idade de membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União - Necessidade de nova sabatina perante o Senado Federal (CRFB, art. 52) - Violação à separação dos Poderes (CRFB, art. 60, §4º, III) - Ultraje à independência e à imparcialidade do Poder Judiciário - Inconstitucionalidade da expressão "nas condições do art. 52 da Constituição Federal" do artigo 100 do ADCT - Sentido da expressão "Lei Complementar" na nova redação do art. 40, §1º, II, CRFB - Discussão restrita aos membros do Poder Judiciário - Art. 93, VI, da CRFB - Necessidade de lei complementar nacional de iniciativa do STF - Invalidez de leis estaduais que disponham sobre aposentadoria de magistrados - Existência de regra de aposentadoria específica para membros de Tribunal Superior - Princípios da isonomia e da unidade do Poder Judiciário - Alegada violação - Não ocorrência - Pedido cautelar deferido. STF- Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.316/DF. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 83-101, set. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Previdenciário - Agente político - Prefeito - Segurado facultativo até a vigência da Lei 10.887/2004 - Ausência de recolhimento - Cômputo de tempo - Inviabilidade. STJ- Recurso Especial nº 1.493.7/PR (2014/0294516-0). Relator: Humberto Martin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 102-104, set. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª da Região. [Jurisprudência] Administrativo e Ambiental - Mandado de segurança - Construção de sistema de esgotamento sanitário nas imediações de Unidade de Conservação Federal - Ausência de autorização do órgão ambiental federal - Descumprimento de condicionantes ambientais - IBAMA - Competência para licenciamento ambiental - Tutela processual-cautelar do meio ambiente (CF, art. 225, caput) - Autuação e embargo da obra - Legalidade - Sentença mantida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 2008.33.00.012341-2/BA. Relator: Néviton Guedes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 105-109, set. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª da Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Mandado de segurança - Porte de arma de fogo - Guarda Municipal - Ato administrativo discricionário. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0149572-70.2014.4.02.5101 (2014.51.01.149572-5). Relatora: Edna Carvalho Kleemann. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 110-112, set. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª da Região. [Jurisprudência] Agravo legal - Administrativo - Servidor público - Licença para o exercício de atividade política - Direito à remuneração pelo período de três meses anteriores ao pleito eleitoral. TRF 3ª R- Agravo Legal em Apelação/Reexame Necessário nº 0004436-15.2006.4.03.6000/MS (2006.60.00.004436-3/MS). Relator: Luiz Stefanini. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 113-115, set. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª da Região. [Jurisprudência] Administrativo - Tempo especial prestado na iniciativa privada, antes do ingresso do servidor no serviço público - Averbação no regime próprio de previdência dos servidores públicos - Vedação existente no inc. I do art. 96 da Lei n. 8.213/91, e no inc. I do art. 4º da Lei n. 6.226/75 - Arguição de inconstitucionalidade por afronta aos princípios da igualdade e do direito adquirido. TRF 4ª R- Mandado de Segurança nº 0006040-92.2013.404.0000/RS. Relator: Rômulo Pizzolatti. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 116-136, set. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª da Região. [Jurisprudência] Administrativo - Militar - Movimentação ex officio - Problemas de saúde da esposa do servidor - Comprovação - Anulação do ato - Razoabilidade - Transferência para outras localidades - Possibilidade - Ausência de vínculo com a patologia - Provimento. TRF 5ª R- Embargos Infringentes em Ação Cível nº 554688/AL (0003550-97.2011.4.05.8000/02). Relator: Fernando Braga. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 137-139, set. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 66). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.175, p. 165, set. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 176

SILVA, Bruna Benites Felipe da. A não aplicação de leis inconstitucionais pelos chefes do Poder Executivo federal e estadual. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 9-30, out. 2015. ISSN 1984-4107.

LUZES, Cristiano Araújo. Estrutura, motivo e motivação do ato administrativo: aproximações lógico-sintáticas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 31-47, out. 2015. ISSN 1984-4107.

GUERRA, Evandro Martins; GUERRA, Gabriela de Moura e Castro. O novo marco regulatório das organizações da sociedade civil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 48-53, out. 2015. ISSN 1984-4107.

GUSSOLI, Felipe Klein. Presunção do periculum in mora na decretação de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa: para o início de uma crítica à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 54-62, out. 2015. ISSN 1984-4107.

WACHELESKI, Marcelo Paulo; FLORES, Pedro Henrique Brunken. A terceirização na administração pública e os impactos no orçamento. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 63-70, out. 2015. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. [Parecer] As ações judiciais movidas contra o Poder Público pleiteando a correção de URV – Prescrição – Improcedência. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 71-73, out. 2015. ISSN 1984-4107.

SCHOLZE, Victor; FERNANDES, J. U. Jacoby. A solução consensual de conflitos na administração pública promovida pelo novo Código de Processo Civil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 75-79, out. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Previdenciário e constitucional - Lei estadual que incluiu no regime próprio de previdência segurados que não são servidores de cargos efetivos na administração pública - Art. 40 da Constituição Federal - Necessária vinculação ao Regime Geral de Previdência Social. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.641/SC. Relator: Teori Zavascki. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 83-88, out. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Ajuda de custo - Cargo em comissão - Deslocamento - Legitimidade da limitação temporal - Lei que autoriza fixação de "condições" em regulamentos - Princípios da moralidade administrativa, da razoabilidade, da impessoalidade, da eficiência e da economicidade da gestão pública - Precedentes em outros sistemas - Inaplicabilidade dos precedentes referidos no apelo - Recurso especial não provido - Recurso examinado pelo regime do art. 543-C do CPC. STJ - Recurso Especial nº 1.257.665 - CE (2011/0124924-9). Relator: Herman Benjamin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 89-97, out. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Agravo de instrumento - Servidor público - Licença sem vencimento para acompanhar cônjuge - Artigo 84 da Lei nº 8.112/90 - Cônjuge que já era lotado no exterior mais de um ano antes da posse da servidora em cargo público - Inexistência de direito líquido e certo - Precedente STJ. TRF 1ª R - Agravo de Instrumento nº 0045509-95.2014.4.01.0000/DF. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 98-102, out. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Mandado de segurança - Concurso público para a carreira da magistratura - Informações colhidas durante sindicância social - Direito à obtenção de cópia - Sigilo que não pode ser oposto ao candidato - Precedentes do Superior Tribunal de Justiça - Ordem deferida. TRF 3ª R - Mandado de Segurança nº 0090845-15.2007.4.03.0000/SP (2007.03.00.090845-2/SP). Relator: Nelton dos Santos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 110-114, out. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Improbidade administrativa - Uso particular de veículo oficial - Conduta que, apesar de irregular, não ostenta a gravidade necessária a uma condenação com base na Lei 8.429/92 - Provimento da apelação. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 440543/PE - 2006.83.00.006769-8 [0006769-67.2006.4.05.8300]. Relator: Paulo Roberto de Oliveira Lima. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 122-124, out. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 67). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.176, p. 149, out. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 177

NASCIMENTO, André Jansen do. A política de defesa como política pública no Brasil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 9-26, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. Improbidade administrativa e prescrição. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 27-34, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

SANTOS, Fabio Gomes dos. Audiências públicas como arenas de veto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 35-40, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa de. O que não deveria entrar na despesa com pessoal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 41-46, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

SILVA, Nadja Lírio do Valle Marques da. Remuneração variável nos contratos administrativos: um instrumento do princípio da eficiência. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 47-59, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

VINCI JÚNIOR, Wilson Jose. Ainda é útil a distinção entre direito público e direito privado?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 60-66, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

TARSIA, Cristiana Muraro. A Lei Anticorrupção já pode ser implementada?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 67-71, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Administrativo - Responsabilidade civil do Estado - Investidura em cargo público por força de decisão judicial. STF - Recurso Extraordinário nº 724.347/DF. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 75-93, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Conflito negativo de competência - Contribuição sindical - Servidor público - Art. 114, III, da Constituição Federal - Fato gerador que deriva da relação de representação sindical - Competência da Justiça do Trabalho - Indiferente se tratar de servidor público com vínculo celetista ou estatutário. STJ - Conflito de Competência nº 140.975 - PR (2015/0132298-1). Relator: Mauro Campbell Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 94-98, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Ação civil pública - Concurso público - Adventista do sétimo dia - Liberdade de culto (CF, art. 5º, VI e VIII) - Avaliação realizada no período de guarda. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 2007.34.00.041870-4/DF. Relator: Kássio Nunes Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 99-101, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Improbidade administrativa - Legitimidade de estagiário da CEF para figurar como sujeito ativo de ato ímprobo - Matéria preclusa - Comprovação de dano patrimonial causado ao erário mediante fraude - Sanções previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/92 - Cumulatividade não obrigatória - Ressarcimento do prejuízo como única penalidade aplicada - Medida impositiva - Insuficiência. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 2004.51.02.003470-5. Relator: Ricardo Perlingeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 102-108, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Improbidade administrativa - Remessa oficial - Conhecimento - Litisconsórcio passivo necessário - Pressupostos ausentes (art. 47, CPC) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Relatório de gestão - Publicação de cartilha - Promoção pessoal do reitor - Violação ao princípio da impessoalidade (art. 37, caput e §1º, da Constituição Federal) - Subsunção aos arts. 10 e 11 da Lei 8.429/92 - Ressarcimento integral do dano - Necessidade de condenação a pelo menos uma das sanções do art. 12 da LIA - Condenação à pena de multa civil - Princípio da proporcionalidade. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0008993-40.2009.4.03.6000/MS (2009.60.00.008993-1/MS). Relator: Mairan Maia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 109-116, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Direito processual civil - Ato administrativo - Nulidade - Erro da administração - Dano moral - Presunção - Indenização - Precedentes. TRF 4ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 500489946.2011.4.04.7202/SC. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 117-118, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Pedido de fornecimento de cão guia a deficiente visual - Inexistência de obrigação - Inocorrência de cerceamento de defesa. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 576219-CE - [0000838-51.2013.4.05.8102]. Relator: Ivan Lira de Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 119-120, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 68). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.177, p. 145-146, nov. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 178

BENNINI, Antonio Augusto. Arrolamento fiscal de bens e direitos: instrumento legal e eficaz no combate à sonegação fiscal- estudo comparativo da legislação à luz da jurisprudência. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 9-24, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos. Aspectos da crescente crise legal no Brasil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 25-34, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. Controle social da administração pública, transparência administrativa e Lei de Acesso à Informação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 35-43, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Servidores públicos municipais e o princípio da isonomia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 44-47, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

LEPSCH, Renata Arnaut Araujo; FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. As garantias e prerrogativas de Conselheiros e servidores de Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 48-58, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

MOISÉS, Rodrigo Gabriel. A natureza jurídica dos serviços de educação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 59-69, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

FAVRETO, Rogerio. Limites da atuação judicial na efetivação dos direitos fundamentais sociais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 70-87, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

MOTTA, André. Competência do TCU para fiscalizar as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 89-90, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Concurso - Atividade jurídica - Especificidade - Artigo 129, §3º, da Constituição Federal - Alcance. STF- Mandado de Segurança nº 27.601/DF. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 93-94, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil - Previdenciário - Omissão - Alegação genérica - Súmula 284/STF - Agente político - Vereador - Seguro facultativo até a vigência da Lei n. 10.887/2004 - Ausência de recolhimento - Cômputo de tempo - Inviabilidade. STJ- Recurso Especial nº 1.480.804/RS (2014/0232845-2). Relator: Humberto Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 95-97, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Servidor público federal - Remoção a pedido. Art. 36, III da Lei 8.112/90 - Doença do cônjuge - Inexistência de parecer de Junta Médica oficial - Ausência de comprovação - Proteção especial do Estado (Constituição Federal/88, art. 226) - Observância ao princípio da legalidade - Cônjuges que não coabitam - Discricionariedade. TRF 1ª R- Apelação Cível, Reexame Necessário nº 2007.34.00.031214-2/DF. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 98-100, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Agravo de Instrumento - Concurso público - Fuzileiros navais da Marinha - Fase de investigação social - Prestação de declaração falsa - Exclusão do certame - Discricionariedade administrativa - Ausência de ilegalidade do ato administrativo - Recurso provido. TRF 2ª R- Agravo de Instrumento nº 2015.00.00.009605-8. Relator: José Antônio Lisboa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 101-102, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Processual Civil - Defensoria Pública da União - Omissão do Estado que frustra direitos fundamentais - Implementação de políticas públicas - Controle jurisdicional - Possibilidade - Princípio da separação de poderes - Ofensa não configurada - Reexame necessário - Obrigatoriedade - Recurso Adesivo - Sucumbência recíproca - Inexistência. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0000521-23.2010.4.03.6127/SP (2010.61.27.000521-9/SP). Relator: Mairan Maia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 103-108, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Embargos Infringentes - Ação Civil Pública - Desconstituição de título dominial conferido pelo Estado do Paraná - Alegação concernente à faixa de fronteira - Viabilidade - Domínio da União - Benfeitorias. TRF 4ª R- Embargos Infringentes nº 2000.70.07.000132-9/PR. Relator: Fernando Quadros da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 109-128, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Previdenciário - Pensão por morte - Exceção à regra do prévio requerimento administrativo - Posição da Administração notória e contrária ao direito pleiteado (RE 631240) - Preliminar de ausência de interesse improvida - Pensão derivada de aposentadoria anterior à EC nº 41/03 - Regra da paridade com os servidores da ativa - DIB na data de ajuizamento da ação - Juros de mora. TRF 5ª R- Apelação Cível, Reexame Necessário nº 32784/SE (0003118-56.2015.4.05.9999). Relator: Cid Marconi. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 129-130, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 69). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.15, n.178, p. 153-154, dez. 2015. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 179

SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos Santos. Controle concentrado de constitucionalidade de decreto executivo: entre o Texto Constitucional e o Supremo Tribunal Federal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 9-19, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Eduardo da Costa Lima Caldas. Atos regulatórios e a esfera do insindicável. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 20-40, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

ARAUJO, Fabiano de Figueirêdo. Os atores de política pública e a regulamentação do lobby no Brasil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 41-50, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Jurisprudência comentada: da inviolabilidade do parecer de advogado público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 51-54, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

ARAÚJO NETO, Pedro Irineu de Moura. Apontamentos sobre a legalidade administrativa no direito positivo brasileiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 55-64, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

FAY, Ricardo Soriano; FAVRETO, Rogerio. A Defensoria Pública e os honorários sucumbenciais em prol da defesa dos direitos fundamentais: a superação do Enunciado nº 421 do STJ. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 65-76, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

OTILIO, Roney Raimundo Leão. A limitação da responsabilidade do advogado público aos casos de dolo ou fraude no Novo Código de Processo Civil e sua aplicação a processos administrativos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 77-83, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Leis 2.875/04 e 2.917/04, do Estado do Amazonas - Comissário de Polícia - Cargo de natureza isolada - Transformação, após pouco mais de 3 anos, em cargos de Delegado de Polícia - Quebra de hierarquia funcional - Burla ao concurso público caracterizada - Inconstitucionalidade. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.415/AM. Relator: Teori Zavascki. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 87-102, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Improbidade administrativa - Possibilidade de o Ministério Público Estadual atuar diretamente nos Tribunais Superiores - Precedentes (RE 593.727; ERESP 1.327.573) - Foro por prerrogativa de função - Conselheiro de Tribunal de Contas de Estado ou do Distrito Federal - Inexistência - Restrito às ações penais - Fatos mais graves - Independência das instâncias - Perda do cargo - Sanção político-administrativa - Inexistência de competência originária implícita (ADI 2.797; PET 3.067; RE 377.114 ADR) - Recurso não provido. STJ- Agravo Regimental na Reclamação nº 10.037 - MT (2012/0201029-9). Relator: Luís Felipe Salomão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 103-111, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Concurso público - Auditor Fiscal do Trabalho - Edital nº 36/2006 - Certame regionalizado por grupos - Portaria MTE nº 771/2007 - Nomeação para a Cidade de Cuiabá/MT de candidatos classificados em outros grupos - Quebra da regionalização - Falta de citação dos candidatos aprovados em outros grupos para integrar a lide - Nulidade da sentença - Impetrante que optou pelo grupo daquela localidade e obteve pontuação mínima - Direito à reserva de vaga - Antecipação da tutela deferida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 2008.34.00.003261-3/DF. Relator: Neviton Guedes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 112-116, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação - Mandado de Segurança - Estatuto do Desarmamento - Autorização para o porte de arma de fogo a Guarda Municipal para defesa pessoal - Poder discricionário da Administração Pública - Indeferimento - Ausência de prova da efetiva necessidade do porte - Inexistência de direito líquido e certo - Inadequação da via eleita - Ausência de ilegalidade - Apelo desprovido. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 2015.51.01.026434-7. Relator: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 117-121, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil e Administrativo - Revisão de obrigação jurídica - Indenização por perdas e danos materiais e morais - Responsabilidade da Caixa Econômica Federal pelo atraso no repasse de valores em favor da construtora. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0009954-55.1998.4.03.6100/SP (1998.61.00.009954-9/SP). Relator: Marcelo Saraiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 122-128, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Direito Administrativo - Mandado de Segurança - Ensino - Universidade Pública - Concurso vestibular - Acesso por cotas - Lei nº 12.711/2012 - Estrangeiro - Impossibilidade - Pedido - Improcedência. TRF 4ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário nº 5013305-32.2015.4.04.7100/RS. Relator: Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 129-134, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Apelações - Ação civil pública por ato de improbidade administrativa - Acumulação indevida de cargos públicos - Analista judiciário (especialidade execução de mandados) do TRT-6ª Região e Auditor Fiscal do Estado de Pernambuco - Opção (§5º do art. 133 da Lei 8.112/90) - Boa-fé - Ausência de elemento subjetivo - Falta de desempenho das atribuições do cargo ou sua mal execução - Não demonstração - Não materialização de ato ímprobo - Improvimento das Apelações. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 571665/PE (0003908-98.2012.4.05.8300). Relator: Carlos Wagner Dias Ferreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 135-139, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 70). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.179, p. 161, jan. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 180

GUEDES, Demian. A presunção de veracidade e o Estado Democrático de Direito: uma reavaliação que se impõe. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 9-20, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

GASPARINI, Diogenes. Concurso público: imposição constitucional e operacionalização. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 21-41, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

XAVIER, Gabriela Costa; OLIVEIRA, Guilherme. Intervenção do Estado na economia: modelo de governança dos centros públicos de desenvolvimento econômico. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 42-49, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino de. A possibilidade de controle do mérito do ato administrativo pelo Poder Judiciário. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 50-57, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

BÜRGER, Paulo Germano de Athayde. O regime jurídico do serviço de táxis. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 58-71, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

GUERRA, Sérgio. Discricionariedade administrativa: limitações da vinculação legalitária e propostas pós-positivistas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 72-88, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Processual civil - Concurso público - Inspetor de segurança - Penitenciária - Investigação social - Direito da criança e do adolescente - Reprovação com base medida socioeducativa com mais de quinze anos - Proporcionalidade - Violação - Descabimento - Precedente - Longo lapso temporal - Precedente - Desvirtuamento do conceito de medida socioeducativa - Existência de direito líquido e certo. STJ - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 48.568 - RJ (2015/0144214-8). Relator: Humberto Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 96-99, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Ato de improbidade administrativa configurado - Contratação de cônjuge - Prática do nepotismo - Violação a princípios da administração pública - Moralidade e impessoalidade. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0012759-73.2011.4.01.4000/PI. Relator: Olindo Menezes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 100-102, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Processual civil e constitucional - Lei 12.990/2014 - Reserva de vagas em concursos públicos para indivíduos negros e pardos - Inconstitucionalidade não configurada na espécie - Acesso para cargos de nível técnico - Heteroidentificação - Legalidade - Ausência de verossimilhança das alegações autorais - Periculum in mora não caracterizado - Decisão não teratológica. TRF 2ª R - Agravo de Instrumento nº 2015.00.00.011794-3. Relator: José Antônio Neiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 103-115, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Mandado de segurança - Concurso público para provimento de cargos - Convocação para realização de exames admissionais e apresentação de documentos - Ausência de direito líquido e certo à nomeação - Ordem denegada. TRF 3ª R - Mandado de Segurança nº 0022962-75.2012.4.03.0000/SP (2012.03.00.022962-3/SP). Relatora: Therezinha Cazerta. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 116-120, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Militar - Toxoplasmose - Doença adquirida durante o serviço militar - Relação com a atividade militar - Incapacidade ou invalidez - Não comprovadas - Reforma - Impossibilidade - Danos morais - Cabíveis. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5002421-34.2012.4.01.7104/RS. Relator: Fernando Quadros da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 121-124, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Improbidade - Práticas que, mesmo ilícitas, não ostentam a censurabilidade necessária para a condenação dos réus - Provimento das Apelações. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 575994/CE - 2006.83.00.006769-8 [0016410-34.2005.4.05.8100]. Relator: Paulo Roberto de Oliveira Lima. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 125-130, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 71). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.180, p. 151-152, fev. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 181

PEREIRA, Bruno Cláudio Penna Amorim. A legitimação popular da tutela constitucional pelo sistema de controle de constitucionalidade das leis: uma abordagem do direito comparado ao ordenamento jurídico brasileiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 9-22, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa. Os limites da despesa com publicidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 23-25, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

SANTOS, Flávio Rosendo dos; OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; VICENTIN, Ivan Carlos. O planejamento na administração pública como decorrência do direito fundamental à boa administração. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 26-35, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Jurisprudência comentada: concurso público anulado e afastamento dos servidores nomeados. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 36-39, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

ROSA, Luciano. Violação de princípio constitucional no PAD federal mediante cerceamento de defesa na alteração de enquadramento. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 41-51, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

ARRUDA NETO, Pedro Thomé de. O direito das políticas públicas no direito comparado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 52-56, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

LESSA, Sebastião José. Lei nº 12.850/13 (Organização Criminosa) - Investigação e meios de obtenção da prova - Colaboração premiada - Concurso de funcionário público - Funcionário policial - Perdão judicial - Sentença Declaratória da Extinção da Punibilidade - Súmula 18 do STJ - Possibilidade ou não de repercussão na via disciplinar - Infiltração de agente de polícia - Independência e interdependência das instâncias - Tema em estudo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 57-76, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constituição do Estado do Rio de Janeiro - Art. 77, XXIII - Impedimento à substituição de trabalhadores de empresas privadas por servidores, ressalvada a legislação federal - Legitimidade formal - Ausência de comprometimento das competências do Governador do Estado - Mera explicitação de prática desabonada pela Constituição Federal. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 232/RJ. Relator: Teori Zavascki. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 79-83, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Mandado de Segurança - Concurso público - Auxiliar de biblioteca - Idade mínima - Emancipação - Ausência de justificação da exigência legal para exercício da atribuição do cargo - Inaplicabilidade da Súmula 683/STF. STJ- Recurso Especial nº 1.462.659/RS (2014/0151126-5). Relator: Herman Benjamin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 84-86, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo, Constitucional e Processual Civil - Agravo Retido contra medida liminar - Sentença superveniente - Perda objeto - Ação civil pública - Concurso público - Assistente em Administração - Edital CEFET/Mato Grosso n. 11/08 - Experiência na área - Lei n. 11.091/05, art. 9º. Apelação provida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 2008.36.00.006712-6/MT. Relator: Evaldo de Oliveira Fernande. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 87-91, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso público para formação de cadastro de reserva para o emprego público de Profissional Básico de Contabilidade do BNDES - Candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital - Surgimento de nova vaga - Vacância decorrente do falecimento de empregado público - Existência de vagas durante o prazo de validade do concurso público - Ausência de comprovação de preterição arbitrária e imotivada da Administração Pública - Desprovimento do recurso. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 2015.51.01.060738-0/RJ. Relator: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 92-94, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Responsabilidade Civil do Estado - Dano moral- Inclusão indevida em cadastro de inadimplentes - Dano presumido - Indenização - Majoração - Cabimento. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0004968-60.2014.4.03.6112/SP (2014.61.12.004968-5/SP). Relatora: Consuelo Yoshida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 95-97, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Administrativo - Constitucional - Processual Civil - Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC - Fiscalização da atividade de voo livre - Políticas públicas - Determinação pelo Poder Judiciário - Limites orçamentários - Separação dos Poderes - Lotação ou deslocamento de servidores públicos - Improcedência. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5000151-35.2015.4.04.7200/SC. Relator: Ricardo Teixeira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 98-101, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Improbidade administrativa - Professora da Universidade Federal de Sergipe - Acumulação indevida de cargos - Ausência de comprovação da má-fé. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 503171/SE-0000432-36.2009.4.05.8501. Relator: Manuel Maia de Vasconcelos Neto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 102-104, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 72). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.181, p. 121-122, mar. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 182

FERNANDES DIAS, Bruno. O papel da Advocacia Pública nos programas de integridade para o combate à corrupção nas empresas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 9-24, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

ALENCAR, Letícia Oliveira Lins de. A atividade administrativa de fomento e a importância do planejamento. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 25-40, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

SILVA, Luísa Saad da. A prescritibilidade do direito da administração pública ao ressarcimento de danos causados ao erário decorrentes de ilícito civil: a acertada decisão do Supremo Tribunal Federal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 41-56, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

MONTEIRO, Ricardo Vidotto. Análise jurisprudencial da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 57-83, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. [Parecer] Ministério Público junto ao Tribunal de Contas - Autonomia administrativa e financeira indispensável ao exercício independente de suas atribuições. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 85-97, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Mandado de injunção - Oficiais de justiça - Categoria funcional que alegadamente exerce atividades de risco - Acesso ao benefício da aposentadoria especial (CF, art. 40, §4º, II) - Inadmissibilidade - Pretendido reconhecimento do caráter perigoso de certas atividades realizadas no âmbito do serviço público - Matéria de "lege ferenda" - Tema sujeito à reserva constitucional de lei formal - Precedentes desta Suprema Corte (MI833/DF e MI 844/DF) - Ressalva da posição pessoal do relator desta causa, que entende possível a colmatação jurisdicional da omissão estatal em casos como este - Recurso de agravo improvido. STF - Mandado de Injunção nº 5.400/DF. Relator: Celso de Mello. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 101-104, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Improbidade administrativa - Policiais civis - Prisões ilegais - Ofensa aos princípios administrativos - Interesse processual do Ministério Público - Recurso especial provido. STJ - Recurso Especial nº 1.081.743 - MG (2018/0180609-3). Relator: Herman Benjamin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 105-119, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Concurso público - Candidato condenado a pena privativa de liberdade - Beneficiário de livramento condicional - Autorização para o trabalho - Aprovado para auxiliar de indigenismo pela FUNAI - Princípio da dignidade da pessoa humana e razoabilidade - Afastamento do requisito de quitação com as obrigações eleitorais - Peculiaridade do caso concreto - Ressocialização - Sentença reformada. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0007727-06.2010.4.01.4200/RR. Relator: Jirair Aram Meguerian. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 120-122, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação cível - Acumulação de cargos privativos de profissional de saúde - Artigo 37, XVI, C, CRFB - Técnica de Enfermagem - Possibilidade - Compatibilidade de horários - Provimento. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 2015.51.01.038743-3. Relator: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 123-133, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público federal - Remoção por permuta - Art. 36, II, da Lei nº 8.112/90 - Quebra da reciprocidade - Determinação de retorno do servidor ao órgão de origem - Discricionariedade do ato administrativo - Honorários advocatícios. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0001361-60.2014.4.03.6105/SP (2014.61.05.001361-0/SP). Relator: José Lunardelli. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 134-135, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação cível - Ação sumária - Responsabilidade civil - Indenização pela realização de eleições suplementares - Juros. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5020973-34.2013.4.04.7000/PR. Relatora: Marga Inge Barth Tessler. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 136-138, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Lei municipal - Prazo para atendimento em instituições bancárias - Imposição de multa à CEF - Impossibilidade - Princípio da proporcionalidade - Manutenção da sentença - Vedação da "reformatio in pejus". TRF 5ª R - Apelação Cível nº 585547-PB - 0004104-77.2012.4.05.8200. Relator: Cid Marconi. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 139-140, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 73). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.182, p. 163, abr. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 183

SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos Santos. O discurso constitucional brasileiro: ação afirmativa como amálgama de igualdades formais e desigualdades materiais históricas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 9-22, maio 2016. ISSN 1984-4107.

PANIAGO, Einstein Almeida Ferreira. IPTU progressivo no tempo: uma análise da função e do ótimo sociais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 23-29, maio 2016. ISSN 1984-4107.

MOURA, Emerson Affonso da Costa; LEITE, Marcos Costa. Concurso público, investigação social e os princípios constitucionais: análise crítica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 30-41, maio 2016. ISSN 1984-4107.

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de; RESENDE, Maria Letícia Rodrigues Guimarães Araújo. Prorrogação de prazo de contrato administrativo com efeitos retroativos: análise de sua legalidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 42-51, maio 2016. ISSN 1984-4107.

SILVA, Poliana Ribeiro Soares. Preleções à autarquização das empresas estatais prestadoras de serviço público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 52-61, maio 2016. ISSN 1984-4107.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso; NELSON, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso. Da acumulação de cargos de professor: por uma melhor interpretação constitucional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 62-71, maio 2016. ISSN 1984-4107.

MUKAI, Toshio. Das nulidades do ato administrativo: influência do tempo na anulação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 72-76, maio 2016. ISSN 1984-4107.

FERNANDES, J U Jacoby; BRANDÃO, Matheus. Intérpretes e vítimas da interpretação: as lacunas que atacam a segurança jurídica. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 77-79, maio 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário - Direito Administrativo e Constitucional - Servidores públicos - Remuneração - Incidência do teto de retribuição - Vantagens pessoais - Valores percebidos antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003 - Inclusão - Art. 37, XI e XV, da Constituição da República. STF- Recurso Extraordinário nº 606.358/SP. Relatora: Rosa Weber. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 83-107, maio 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso Ordinário em Habeas Corpus - Peculato; falsificação de documentos públicos; fraude processual; associação criminosa - Prisão preventiva - Intimidação ou constrangimento de testemunhas - Recorrente que respondeu à denúncia em outra comarca, além de ação por improbidade administrativa e Processo Administrativo Disciplinar - Comportamento desvirtuado reiterado - Fundamentação idônea - Necessidade de segregação para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal - Condições pessoais favoráveis - Irrelevância - Constrangimento ilegal não evidenciado - Recurso desprovido. STJ- Recurso em Habeas Corpus nº 61.120/SP (2015/0155986-9). Relator: Reynaldo Soares da Fonseca. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 108-112, maio 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público federal civil - Ausência ao trabalho em virtude de recolhimento à prisão - Prisão temporária - Lei 7.960/89 - Ausência de previsão legal quanto ao enquadramento na hipótese de concessão de auxílio-reclusão à família - Situação imprevisível e inevitável - Caso fortuito ou força maior - Art. 44, Parágrafo único, da Lei 8.112/90 - Ausência justificada sem perda de remuneração - Necessidade de compensação a critério da chefia imediata - Remessa oficial parcialmente provida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 2007.34.00.039488-7/DF. Relator: Wagner Mota Alves de Souza. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 113-114, maio 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Direito Administrativo e Processual Civil - Remessa Necessária, Apelação Cível e Recurso Adesivo - Inocorrência de sucumbência recíproca - Artigo 500, CPC - Não conhecimento do recurso adesivo - Servidor público - Aposentadoria por invalidez - Transtorno depressivo - Proventos proporcionais - Artigo 40, §1º, I, CRFB/1988 - Hipóteses excepcionais de pagamento de proventos integrais não configuradas - Descabimento - Danos morais - Não constatação de ato ilícito da administração - Sucumbência total da parte autora - Condenação em honorários advocatícios - Artigo 20, §§3º e 4º, CPC - Recurso adesivo do autor não conhecido - Remessa necessária e Apelação da União Federal providas - Reforma da sentença atacada. TRF 2ª R- Apelação/Reexame Necessário no 2008.51.01.013489-7. Relator: Marcelo Pereira da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 115-119, maio 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Constitucional - Administrativo - Apelação Cível - Interesse recursal - Conhecimento parcial do recurso - Marinha do Brasil - Processo seletivo simplificado - Contratação de voluntários para a área de apoio à saúde - Edital nº 01/2007 do Comando do 6º Distrito Naval - Critérios subjetivos de avaliação - Violação aos primados regentes da Administração Pública - Nulidade configurada - Honorários advocatícios - Descabimento - Apelação da União conhecida em parte e, na parte conhecida, provida em parte. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0000136-27.2008.4.03.6004/MS (2008.60.04.000136-0/MS). Relator: Sidmar Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 120-132, maio 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação Civil Pública - Improbidade administrativa - Concurso público - Professor substituto - Faculdade de direito da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM - Banca examinadora - Parentesco com participante do certame - Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública - Configurados - Arts. 11, V; e 12, inciso III e §único, da Lei nº 8.429/92 - Sanção - Proporcionalidade. TRF 4ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário nº 5003120-60.2014.4.04.7102/RS. Relator: Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 133-143, maio 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Aposentados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT - Complementação de aposentadoria instituída pela Lei nº 8.529/92 quanto ao auxílio alimentação - Caráter indenizatório - Não incorporação a proventos e pensões - Ofensa à paridade ativos-inativos - Inexistência. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 572966/PE. Relator: Ivan Lira de Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 144-146, maio 2016. ISSN 1984-4107.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado. [Jurisprudência] Constitucional - Civil e Processual Civil - Representação por Inconstitucionalidade - Liminar - Decreto Estadual nº 45.628/2016 - Pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores inativos e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro referente ao mês de março de 2016 - Princípio da dignidade da pessoa humana - Violação - Interesse público. TJRJ- Representação por Inconstitucionalidade nº 0018812-32.2016.8.19.0000. Relator: Jesse Torres Pereira Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 147-149, maio 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (Art. 74). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.183, p. 171, maio 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 184

ANTÚNEZ SÁNCHEZ, Alcides; RAMÍREZ SÁNCHEZ, Amed. La contraloría general de la República. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 9-26, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; SANTOS, Romer Mottinha. Quem são os parlamentares com origem profissional no funcionalismo público eleitos para Câmara Federal durante o Regime Militar (1964-1978)? Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 27-36, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

MOTTA, Fabrício. Regime jurídico dos cargos em comissão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 37-40, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Ação declaratória de não elegibilidade em razão de decisão do egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: vício sanável e que não configura ato de improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 41-47, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

MARINS, James. Proteção de direitos fundamentais e o paradoxo da contracautelaridade no mandado de segurança. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 48-58, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

AZEVEDO, Jordana Morais. Tribunais de Contas e suas competências constitucionais: limites à atuação do Poder Judiciário. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 59-67, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. A aplicação subsidiária e supletiva da Lei nº 13.105/2015 (novo Código de Processo Civil) ao processo administrativo: extensão e interpretação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 68-79, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

CAMMAROSANO, Márcio Alexandre G. F. A possibilidade de controle dos atos administrativos ineficientes via mandado de segurança. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 80-88, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

FIGUEIREDO, Paulyne Rocha V. Princípio da fungibilidade na esfera recursal brasileira e a problemática do prazo menor: apego ao formalismo ou requisito da dúvida objetiva?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 89-98, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional e civil - Ressarcimento ao erário - Imprescritibilidade - Sentido e alcance do art. 37, §5º, da Constituição. STF - Recurso Extraordinário nº 669.069/MG. Relator: Teori Zavascki. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 101-120, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Servidora pública distrital - Restituição de valores pagos indevidamente pela administração pública - Erro operacional - Depósito de proventos da servidora falecida após o pedido de auxílio-funeral pelos herdeiros - Restituição - Realidade do direito sucessório - Agravo Regimental provido. STJ - Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.387.971/DF (2013/0184278-9). Relator: Campbell Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 121-124, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Improbidade administrativa - Acumulação indevida de cargos - Professora estadual e municipal - Secretária de Educação - Enriquecimento ilícito e dano ao erário não configurado - Violação aos princípios da administração pública - Ausência de dolo - Inexistência de ato ímprobo - Sentença mantida. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0002688-12.2011.4.01.4000/PI. Relator: Mônica Sifuentes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 125-127, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Improbidade administrativa - Acordo extrajudicial - DNER - Dano ao erário - Violação de princípios administrativos - Atos ímprobos configurados. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 2001.51.01.009230-6. Relator: Ricardo Perlingeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 128-131, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Penal - Crime de responsabilidade - Prefeito e empresário - Decreto-Lei 201/67 - Artigo 1º, II - Código Penal - Artigo 29 - Inexistência de infração penal - Absolvição mantida - Recurso desprovido. TRF 3ª R - Apelação Criminal nº 0002109-75.2013.4.03.6122/SP (2013.61.22.002109-7/SP). Relator: José Lunardelli. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 132-138, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Indenização - Benfeitorias construídas em faixa de domínio da BR-101. TRF 4ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 500325957.2011.4.04.7121/RS. Relator: Josete Pantaleão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 139-142, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso público - Portador de doença autorizadora de aposentadoria por invalidez - Moléstia em estado avançado - Impossibilidade de se constranger a administração a realizar sua contratação. TRF 5ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 32471/PB - 0006432-14.2011.4.05.8200. Relator: Paulo Roberto de Oliveira Lima. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 143, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 75). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.184, p. 167, jun. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 185

CYRINO, André Rodrigues. Até onde vai o empreendedorismo estatal?: uma análise econômica do art. 173 da Constituição. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 9-23, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

DINIZ FILHO, Antonio Nominando; SOUZA, Luciana Carla Soriano de. Da possibilidade de aplicação da revisão geral de que trata o art. 37, X, aos subsídios de vereadores. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 24-30, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa de. As despesas impróprias na jurisprudência do TCE-SP. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 31-37, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Poderes da administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 38-47, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Teto remuneratório do servidor público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 48-54, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

MUÑOZ, Jaime Rodríguez-Arana. Derecho administrativo global y derecho fundamental a la buena administración pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 55-73, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

ROSA, Luciano. Qual a condição para aplicar os prazos prescricionais penais no processo administrativo disciplinar federal?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 74-84, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Os direitos fundamentais decorrentes de tratados internacionais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 85-93, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

PIRONTI, Rodrigo. Planejamento patrimonial e sucessório: segurança (também) a servidores e agentes públicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 95-96, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Concurso público - Mandado de Segurança - Liminar - Ordem indeferida - Fato consumado - Irrelevância. STF - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 31.538/DF. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 99-106, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Recurso especial - Ação civil pública - Improbidade administrativa - Enriquecimento ilícito - Art. 9º e 12, I, da Lei 8.429/92 - Comprovação - Demonstração de dano ao erário - Desnecessidade - Elemento subjetivo - Dolo - Demonstrado - Tipicidade da conduta - Dosimetria - Proporcionalidade e razoabilidade observados no acórdão recorrido - Revisão - Súmula 7/STJ - Recurso Especial não provido, divergindo do eminente relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. STJ - Recurso Especial nº 1.412.214/PR (2011/0283923-3). Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 107-116, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Ação de indenização - Responsabilidade civil do Estado - Tentativa de homicídio praticado por servidor público nessa qualidade - Vítima que ficou paraplégica - Dano moral - Dano estético - Dano material - Cabimento. TRF 1ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 2006.36.03.0062170/MT (0006192-29.2006.4.01.3603). Relator: Leão Aparecido Alves. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 117-125, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Remessa necessária - Apelação - Portador de Síndrome de Down - Filho de servidora pública - Horário especial sem compensação - Art. 98 §3º da Lei 8.112/90 - Tratamento discriminatório - Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência - Art. 5º, §3º e art. 227, ambos da CRFB/88 - Remessa necessária e recurso do IFES desprovidos - Recurso da autora provido. TRF 2ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 2015.50.02.1012750 (0101275-04.2015.4.02.5002). Relator: Marcelo Granado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 126-128, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Direito administrativo - Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal - Competência para fiscalizar a regularidade da segurança privada utilizada por casas noturnas - Inexistência - Ausência de previsão legal - Ofensa aos princípios da legalidade e da separação dos poderes. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 000219621.2005.4.03.6119/SP (2005.61.19.002196-1/SP). Relatora: Consuelo Yoshida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 129-131, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação civil pública - Recebimento do benefício do Bolsa-Família - Correntistas da CEF - Pagamento de taxas - Legalidade no proceder do banco. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5016827-13.2014.4.04.7000/PR. Relator: Marga Inge Barth Tessler. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 132-134, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Reintegração de posse - Transnordestina - Malha ferroviária inativa há mais de 3 anos e sem perspectiva de funcionamento - Imóveis residenciais construídos há mais de 25 anos - Prevalência do direito à moradia - Apelação improvida. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 585727/PB (0002690-41.2012.4.05.8201). Relator: Manoel de Oliveira Erhardt. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 136-140, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e constitucional - Ação civil pública - Departamento de Polícia Federal - Remoção de ofício - Disciplinamento pelo Poder Judiciário - Sentença normativa - Impossibilidade - Poder discricionário da administração - Provimento da apelação e Remessa oficial. TRF 5ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 26.574/AL (000619073.2011.4.05.8000). Relator: Alexandre Luna Freire. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 144-147, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (artigo 76). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.185, p. 163-164, jul. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 186

ARAUJO, Fabiano de Figueirêdo. O Supremo Tribunal Federal e as políticas afirmativas no âmbito educacional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 16-25, out. 2016. ISSN 1984-4107.

SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos. Liberdade de imprensa: entre mitos e disfunções. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 9-17, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. Neoconstitucionalismo, constitucionalização e Direito Administrativo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 18-26, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

GABARDO, Emerson; SALGADO, Eneida Desiree. Administração pública e seus fundamentos de gestão: eficiência, interesse público, direitos fundamentais e desenvolvimento. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 27-33, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

ASENSI, Felipe Dutra. Judicialização da saúde e Conselho Nacional de Justiça: Perspectivas e desafios. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 34-46, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Limites da discricionabilidade administrativa. A apreciação do mérito do ato discricionário pelo Poder Judiciário. Uma visão de vanguarda ou afronta ao princípio da separação dos poderes?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 47-53, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

MURARO, Igor. A prescribibilidade das ações de ressarcimento ao erário. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 54-59, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. E se não sou candidato, posso?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 60-63, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

PICININ, Juliana. As cotas raciais universitárias brasileiras: os pressupostos da Ação Afirmativa na ADPF nº 186 do STF. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 64-75, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Carreiras e remuneração no serviço público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 76-82, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

LESSA, Sebastião José. Enriquecimento ilícito do agente público - quebra do sigilo de dados - intercâmbio de informação sigilosa - cláusula de reserva de jurisdição - caráter não absoluto do sigilo bancário - transferência de dados com manutenção do sigilo (art. 5º, XII, CF; art. 6º e parágrafo único, LC nº 105/2001). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 83-97, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

PRUDENTE, Antônio Souza. O direito constitucional do magistrado ao mérito por cursos de aperfeiçoamento. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 99-100, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - Art. 235 do Código Penal Militar, que prevê o crime de “pederastia ou outro ato de libidinagem” - Não recepção parcial pela Constituição de 1988. STF- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 291/DF. Relator: Roberto Barroso. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 103-123, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processo Civil - Administrativo - Improbidade administrativa - Dosimetria - Art. 12 da Lei 8.429/92 - Fixação aquém do mínimo legal - Impossibilidade - Recurso Especial provido. STJ- Recurso Especial nº 1.582.014/CE (2016/0029102-7). Relator: Humberto Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 124-125, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - MP 2.229-43/2001 - Vedação do exercício da advocacia fora das atribuições do respectivo cargo - Inexistência de direito adquirido à imutabilidade do regime jurídico estatutário. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 2006.33.00.014669-7/BA. Relator: Wagner Mota Alves de Souza. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 126-129, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Ação Civil Pública - Concurso público para provimento do cargo de Agente da Polícia Federal - Cadastro de reserva - Prazo de validade do certame. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 2012.51.01.049226-4. Relator: José Antônio Neiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 130-135, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Embargos Infringentes - Concurso público - Vaga destinada a portador de deficiência física - Candidato não enquadrado no conceito legal de deficiente físico. TRF 4ª R- Embargos Infringentes nº 5002885-79.2013.4.04.7118/RS. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 138-143, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 76-A). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.186, p. 167-170, ago. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 187

BERTOTTI, Bárbara Marianna de Mendonça Araújo. Da inefetividade à judicialização do direito fundamental à saúde: em busca de parâmetros adequados para a concessão de medicamentos de alto custo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 9-28, set. 2016. ISSN 1984-4107.

MARIANO, Cynara Monteiro. Reflexões sobre a responsabilidade do terceiro para a caracterização da improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 29-35, set. 2016. ISSN 1984-4107.

COUTINHO, Doris T. P. de Miranda. A inelegibilidade decorrente de decisões dos tribunais de contas pela prática de ato doloso de improbidade administrativa: condutas vedadas a agentes públicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 36-51, set. 2016. ISSN 1984-4107.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís Boia. Revisitando as teorias principiológicas no Estado Democrático de Direito. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 52-60, set. 2016. ISSN 1984-4107.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Um concerto para constituição e orquestra: músicos, professores e a acumulação de cargos públicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 61-68, set. 2016. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Jurisprudência comentada: a necessária existência do dolo para a configuração de ato de improbidade administrativa de afronta aos princípios da administração. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 69-75, set. 2016. ISSN 1984-4107.

NOHARA, Irene. Piores transformações no regime das parcerias com as organizações da sociedade civil pela Lei nº 13.204/2015. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 77-79, set. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional - ADPF - Servidor público - Vedação a promotores e procuradores da República do exercício de "qualquer outra função pública, salvo uma de magistério" - Art. 128, §5º, II, "d", da CF/88 - Configuração de potencial lesão a preceito fundamental - Interpretação no sentido de que membros do Ministério Público não podem ocupar cargos públicos, fora do âmbito da Instituição, salvo cargo de professor e funções de magistério - Inconstitucionalidade da Resolução nº 72/2011, do CNMP - Determinação de exoneração dos ocupantes de cargos em desconformidade com a interpretação fixada. STF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 388/DF. Relator: Gilmar Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 83-111, set. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Recurso especial - Servidor público - Remoção para acompanhamento do cônjuge - Empregada pública da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Transferência ex officio - Possibilidade - Interpretação ampliada do conceito de servidor público - Precedentes do STJ e do STF. STJ - Recurso Especial nº 1.597.093/RN (2016/0100955-0). Relator: Benedito Gonçalves. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 112-114, set. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Ação civil pública - Nepotismo - Adequação da via eleita - Resoluções CNJ nºs 07/2005 e 21/2006 - Súmula vinculante 13/STF - Embargos de Declaração acolhidos com efeitos modificativos. TRF 1ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 2003.35.00.017832-0/GO. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 115-119, set. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Militar - Auxílio-transporte - MP nº 2165-36/2001 - Direito a transporte intermunicipal - Limitação de distância - Impossibilidade - Ausência de previsão legal - Remessa necessária e Apelação cível desprovidas. TRF 2ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 2015.51.02.131481-1. Relator: Guilherme Diefenthaler. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 120-122, set. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito processual civil e administrativo - Ação de rito ordinário - Agravo de Instrumento - Militar - Portador assintomático do vírus HIV - Incapacidade - Previsão legal - Direito à reforma. TRF 3ª R - Agravo de Instrumento nº 0001882-16.2016.4.03.0000/SP (2016.03.00.001882-4/SP). Relator: Wilson Zauhy. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 123-124, set. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Administrativo - Constitucional - Direito fundamental - Acessos para pessoas com deficiência física ou dificuldade de mobilidade - Adaptação de prédios públicos - Universidade Federal de Pelotas - Procedência. TRF 4ª R - Apelação/Remessa Necessária nº 5008493-14.2015.4.04.7110/RS. Relator: Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 125-129, set. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Civil e administrativo - Apelação - Ação civil pública - Improbidade administrativa - Policial Rodoviário Federal - Sentença condenatória - Preliminares - Rejeição - Atos de improbidade previstos no art. 9º, I, V e X e art. 11, I e II, ambos da Lei nº 8.429/92 - Configuração - Sanções previstas no art. 12, caput, I e III, da LIA - Manutenção - Exclusão da cassação de eventual aposentadoria - Princípio da reserva legal. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 534207/SE (0000202-54.2010.4.05.8502). Relator: Federal Lázaro Guimarães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 130-134, set. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 77). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.187, p. 153-155, set. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 188

SALLES, Alexandre Aroeira; FERREIRA, Francisco Freitas de Melo Franco. Fundamentos e limites da medida cautelar de indisponibilidade de bens decretada pelo Tribunal de Contas da União contra particulares contratados da Administração Pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 9-15, out. 2016. ISSN 1984-4107.

ARAUJO, Fabiano de Figueirêdo. O Supremo Tribunal Federal e as políticas afirmativas no âmbito educacional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 16-25, out. 2016. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Henrique Pandim Barbosa. Crowdsourcing, a elaboração democrática da Constituição: das terras de gelo aos vales astecas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 26-29, out. 2016. ISSN 1984-4107.

PRASERES, Julio Mariano Fernandes. A responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviços públicos por danos causados aos usuários e aos terceiros não usuários. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 30-42, out. 2016. ISSN 1984-4107.

RAMOS, Karina Mota Ramalho. Privatização de presídios em Pernambuco: solução para o colapso do sistema prisional e para a ressocialização efetiva dos apenados. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 43-58, out. 2016. ISSN 1984-4107.

ROSA, Luciano. A controvérsia da perda do cargo público como efeito da condenação penal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 59-67, out. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário - Repercussão geral - Responsabilidade civil do Estado por morte de detento - Artigos 5º, XLIX, e 37, §6º, da Constituição Federal. STF- Recurso Extraordinário nº 841.526/RS. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 71-95, out. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso Especial - Direito das coisas - Processual Civil - Ação possessória - Ebulho - Embargos de Declaração - Omissão, contradição ou obscuridade - Não ocorrência - Regularidade da representação processual - Harmonia entre o Acórdão recorrido e a jurisprudência do STJ - Presença dos requisitos para a concessão da liminar - Reexame de fatos e provas - Inadmissibilidade - Possibilidade do pedido e legitimidade ad causam - Condições da ação - Teoria da asserção - Posse de bem público de uso comum - Desprovisionamento. STJ- Recurso Especial nº 1.582.176/MG (2012/0031046-3). Relatora: Nancy Andrighi. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 96-99, out. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Art. 75, §1º, da Lei 10.833/2003 - Arguição de inconstitucionalidade - Apreensão de veículo - Liberação condicionada ao pagamento de multa - Ofensa ao direito de propriedade e aos princípios constitucionais do contraditório e do devido processo legal. TRF 1ª R- Arguição de Inconstitucionalidade nº 2004.43.00.000151-0/TO (0000151-60.2004.4.01.4300). Relatora: Maria do Carmo Cardoso. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 100-106, out. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Licença-prêmio - Pecúnia - Possibilidade de contagem de tempo anterior à Lei 8.112/90 - Orientação do STJ - Recurso provido. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0045848-21.2012.4.02.5101 (2012.51.01.045848-7). Relator: Marcelo Pereira da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 107-108, out. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Agravo de Instrumento - Pretendido o fornecimento de medicamento por meio do Sistema Único de Saúde-SUS - Possibilidade - Direito fundamental à saúde e à vida - Agravo improvido. TRF 3ª R- Agravo de Instrumento nº 0026209-59.2015.4.03.0000/SP (2015.03.00.026209-3/SP). Relator: Johansom di Salvo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 109-115, out. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Lei de Acesso à Informação - Acesso restrito - Proteção à vida privada. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5052115-85.2015.4.04.7000/PR. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 116-118, out. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional, Administrativo e Processo Civil - Mandado de Segurança - Professor universitário - Aposentadoria voluntária - Afastamento para realização de Curso de Doutorado - Cômputo como tempo de efetivo magistério - Possibilidade - Art. 47, I e §1.º, do Decreto nº 94.664/1987. TRF 5ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0808424-17.2015.4.05.8400. Relator: Rubens de Mendonça Canudo Neto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 119-121, out. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 78). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.188, p. 145-146, out. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 189

ANTÚNEZ SÁNCHEZ, Alcides Francisco. La empresa de alta tecnología: una visión desde el derecho en Cuba. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 9-27, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

REIS, Clóvis Mendes Leite Reimão dos. A aplicação supletiva e subsidiária do CPC/2015 aos processos administrativos estaduais, municipais e distritais: uma análise crítica da ADI nº 5.492/DF. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 28-36, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

NASCIMENTO, Cristiano de Jesus Pereira. Processo deliberativo da Suprema Corte dos Estados Unidos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 37-43, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

SOUZA, Bruno Villani; LUIZ, Diogo. Responsabilidade da administração pública: um estudo acerca do caso fortuito a partir do direito civil brasileiro e da jurisprudência. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 44-55, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

MOREIRA, Parcelli Dionizio. O princípio da socialidade na formação da vontade da administração pública gerencial. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 56-70, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

MARANHÃO, Pedro de Albuquerque. O controle governamental pela sociedade: um caso de exame de obra pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 71-79, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

BRAGA, Cristina Alves da Silva; NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Servidor público: contratos temporários ilegais e os direitos trabalhistas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 80-90, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. A Polícia Rodoviária Federal e as funções de polícia judiciária: uma distorção grave. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 91-94, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Lei complementar 22/2000, do estado do Ceará - Contratação temporária de professores do ensino básico - Casos de licença - Transitoriedade demonstrada - Conformação legal idônea, salvo quanto a duas hipóteses: em quaisquer casos de afastamento temporário (alínea "f" do art. 3º) - Preceito genérico - Implementação de projetos de erradicação do analfabetismo e outros (§único do art. 3º) - Metas continuamente exigíveis. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.721/CE. Relator: Teori Zavascki. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 97-105, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso especial - Enunciado administrativo nº 2/STJ - Tributário e processual civil - Sucumbência da fazenda pública - Apresentação de contestação pela fazenda pública - Ausência de influência na decisão de primeiro grau - Princípio da causalidade - Requerimento pugnando pelo reconhecimento do pedido - Afastamento da condenação em honorários advocatícios - Não incidência do art. 19, §1º, I, da Lei nº 10.522/2002 - Recurso especial provido. STJ - Recurso Especial nº 1.551.780/SC (2015/0214955-7). Relator: Mauro Campbell Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 106-107, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Apelação - União - Concurso de admissão aos cursos de formação e graduação da ativa e da reserva 2013 - Curso de formação de oficiais da reserva de segunda classe do quadro de engenheiros militares - Atividade civil - Inexistência de lei impondo limitação etária - Ilegalidade de disposição editalícia - Sentença mantida. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0047944-61.2013.4.01.3400/DF. Relatora: Hind Ghassan Kayath. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 108-109, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Concurso - Sargento músico - Vedação ao ingresso de mulheres - Discriminação - Princípio da igualdade. TRF 2ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0012891-30.2013.4.02.5101/RJ (2013.51.01.012891-1/RJ). Relator: Luiz Paulo da Silva Araújo Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 110-115, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito processual civil - Administrativo - Tributário - Ação coletiva - Associação - IRPF - Artigo 6º, XIV e XXI, da Lei 7.713/88 - Isenção - Artigo 30 da Lei 9.250/1995 - Moléstias passíveis de controle - Portaria MPOG 797/2010 - Manual de perícia oficial em saúde do servidor público federal - Excesso - Ilegalidade - Eficácia da sentença - Recurso parcialmente provido. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0017923-28.2015.4.03.6100/SP (2015.61.00.017923-5/SP). Relator: Carlos Muta. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 116-120, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ensino superior - Concurso vestibular - Ingresso - Modalidade - Migração - Impossibilidade - Acesso pelo sistema de ampla concorrência. TRF 4ª R - Apelação/Remessa Necessária nº 5002410-89.2013.4.04.7000/PR. Relatora: Vivian Josete Pantaleão Caminha. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 121-125, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Militar - Indeferimento de inscrição em estágio de adaptação à graduação de terceiro sargento - Militar condenado em processo criminal - Suspensão condicional da pena - Parecer desfavorável do comandante - Inexistência de ilegalidade. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 516.686/RN (0001190-90.2010.4.05.8400). Relator: Carlos Wagner Dias Ferreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 126-127, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 79). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.189, p. 153, nov. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 190

PEREIRA, Bruno Cláudio Penna Amorim. Defensoria pública e iniciativa legislativa: uma abordagem a partir da Constituição da República às Constituições Estaduais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 9-14, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

NASCIMENTO, Cristiano de Jesus Pereira. Direito ao silêncio: breve notícia da jurisprudência norte-americana. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 15-23, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

EL ASSAL, Fêres. A legitimidade ativa extraordinária do Ministério Público de Contas para, judicialmente, defender interesses institucionais e/ou seus direitos-função por meio do Mandado de Segurança. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 24-33, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Poderes da administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 34-43, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís. A convergência entre cooperação processual e consensualidade administrativa na gestão do Estado Democrático de Direito. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 44-48, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

PINTO, José Guilherme Bernan Correa. Direito administrativo consensual, acordo de leniência e ação de improbidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 49-56, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

RIBEIRO, Juscimar Pinto. Alguns apontamentos na discussão sobre regime jurídico das carreiras de Estado: pontos de aproximação e distanciamento entre prerrogativas e responsabilização dos membros do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia Pública federal, estadual e municipal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 57-63, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

PRETO, Raquel Elita Alves. Legalidade, competência normativa e competência regulamentar: contribuição analítica para um tema fundamental do direito público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 64-76, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito Constitucional e Administrativo - Mandado de Segurança - Decisão do Conselho Nacional de Justiça que invalidou critério estabelecido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para aferição de títulos de especialização em concurso público voltado à outorga de delegações de notas e registros - Denegação da segurança. STF- Mandado de Segurança nº 33.406/DF. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 81-94, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil - Embargos de Divergência - Mandado de Segurança - Restabelecimento de vantagem pecuniária de servidor público - Valores que não foram implementados em folha (devidos entre a impetração e a concessão da ordem) por força de vigência provisória de decisão em Suspensão de Segurança - Trânsito em julgado confirmando o direito pleiteado em juízo - Pagamento - Regime de precatório - Reflexo do julgamento do RE 889.173/MS (Repercussão Geral, art. 543-B do CPC). STJ- Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1.182.843/RJ (2010/0038169-2). Relator: Herman Benjamin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 95-96, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público federal - Afastamento para tratamento da própria saúde - Efetivo exercício - Art. 102, VIII, 'b' da Lei nº 8.112/90 - Direito ao gozo de férias - Art. 7º, inc. XVII da Constituição Federal. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0029926-19.2014.4.01.3800/MG. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 97-98, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação Cível - Constitucional e Administrativo - Servidor público - Exercício de atividades insalubres - Aposentadoria especial - Aplicação da Legislação Previdenciária do RGPS (Lei nº 8.213/91) - Matéria decidida pelo STF a partir do julgamento do MI 721 - Limites do julgado que não contemplam o direito à conversão do tempo de serviço prestado em condições insalubres para comum, nem sua consequente averbação para fins de aposentadoria por idade ou tempo de contribuição - Honorários recursais - Descabimento - Sentença publicada antes de 18 de março de 2016 - Enunciado administrativo nº 07 do STJ - Recurso conhecido, porém, improvido. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0032422-05.2013.4.02.5101/RJ (2013.51.01.032422-0/RJ). Relator: Guilherme Calmon Nogueira da Gama. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 99-106, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Princípio da separação de Poderes - Concurso público - Provimento de cargo de Delegado de Polícia Federal - Primeiro exame de capacidade física - Contusão - Exame em data posterior - Aptidão - Curso de formação - Nomeação - RE nº 630.733 - Repercussão Geral - Segurança jurídica - Validade de segunda chamada - Ressalva. TRF 3ª R- Embargos Infringentes nº 0049029-09.1995.4.03.6100/SP (98.03.078719-5/SP). Relatora: Consuelo Yoshida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 107-111, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Agravo de Instrumento - Cumprimento de sentença - Improbidade administrativa - Perda do cargo público - Aposentadoria por invalidez concedida após a sentença - Cassação. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5020694-91.2016.4.04.0000/SC. Relator: Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 112-114, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Processo Administrativo Disciplinar - Demissão - Professor - UFC - Realização de Pós-Doutorado no exterior - Pedido de prorrogação de licença - Ausência do animus abandonandi - Sentença mantida. TRF 5ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 23583/CE (0001190-90.2010.4.05.8400). Relator: Ivan Lira de Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 115-116, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 80). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.16, n.190, p. 139, dez. 2016. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 257

FERREIRA, Ana Catarina dos S O; FRANÇA, Vladimir. Razões de fato e de direito na aplicação de sanções administrativas: a motivação exigida pelo §2º do art. 22 da LINDB. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 13-27, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

LIAKOPOULOS, Dimitris. The role of the Court of Justice of the European Union in the obligation to state reasons for the acts of the European Union: fundamental right or european administrative standart?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 29-50, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

SANTOS, Fabio Gomes dos. A exigência de atualidade do serviço público: um dever de inovar?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 51-61, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

VALE, Luís Manoel Borges do; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Os impactos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa na advocacia pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 63-82, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de; PIMENTEL, Sindy Micaelly Adorno. Teoria da reserva do possível e seu influxo sobre os limites da efetividade dos direitos sociais, dignidade da pessoa humana e o estado de exceção. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 83-99, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. A ação de improbidade somente pode ser proposta se o autor instruir a inicial com documentos ou justificação da veracidade dos fatos e de dolo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 101-105, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário - Servidor público - Promoção no mesmo cargo para classe distinta - Aposentadoria - Artigo 40, §1º, inciso III, da Constituição Federal - Artigos 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 - Cálculo de proventos - Exigência de cinco anos de efetivo exercício na classe em que se der a aposentadoria - Inexigibilidade - Precedentes - Distinção quanto ao Tema nº 578 da Repercussão Geral - Reunião dos requisitos para aposentadoria após Emenda Constitucional nº 20/1998 - Multiplicidade de recursos extraordinários - Controvérsia constitucional dotada de repercussão geral - Reafirmação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - Recurso extraordinário desprovido. STF- Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 1.322.195/SP. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 107-112, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil e Administrativo - Recurso Especial representativo da controvérsia - Improbidade - Contratação de servidor temporário - Autorização - Lei local - Dolo - Afastamento. STJ- Recurso Especial nº 1.913.638/MA (2020/0343601-2). Relator: Gurgel de Faria. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 113-119, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Concurso público - Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Edital nº 1/2012 - Reserva de vagas para deficientes - Surdez unilateral - Direito de concorrer às vagas reservadas - Ausência - Súmula nº 552/STJ - Alteração de entendimento jurisprudencial - Candidato empossado por força de decisão judicial anterior à referida súmula - Desconstituição não recomendável do ato. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0051420-10.2013.4.01.3400. Relator: João Batista Gomes Moreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 121-128, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Anistia - Lei nº 8.878/94 - Funcionário regido pela CLT - Empresa pública - Demissão no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992 - Indenização por danos materiais e morais - Inviabilidade - Aplicação da Lei nº 10.559/02 por analogia - Descabimento. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 5000384-20.2021.4.02.5117/RJ. Relator: Reis Friede. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 129-136, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito Administrativo e Processual Civil - Servidor público - Processo administrativo disciplinar - Pena de demissão - Prestação de informações sigilosas a terceiro - Prova emprestada de inquérito policial - Possibilidade - Demissão que independe de condenação judicial por improbidade administrativa e de proveito econômico do agente público - Honorários recursais. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 5015991-75.2019.4.03.6100. Relator: Wilson Zauhy. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 137-144, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Agravo de Instrumento - Concurso público - Autodeclaração não validada - Prevalência da decisão da comissão avaliadora - Direito à participação na ampla concorrência - Provimento. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5010030-88.2022.4.04.0000/RS. Relator: Victor Luiz dos Santos Laus. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 145-152, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e Processual Civil - Agravo de Instrumento - Cautelar de indisponibilidade de bens - Ação Civil Pública de improbidade administrativa - Índícios do cometimento de ato ímprobo - Quantificação de valores - Indisponibilidade de bens- Pretensão de levantamento de penhora realizada no rosto dos autos - Pagamento de verbas resultantes de indenização por danos materiais e morais - Ausência de natureza remuneratória - Impenhorabilidade afastada. TRF 5ª R- Agravo de Instrumento nº 0811351-57.2020.4.05.0000. Relator: Paulo Cordeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 153-158, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

FARIA, Carolina Lemos de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 146). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.22, n.257, p. 189, jul. 2022. ISSN 1984-4107.

Fórum de Contratação e Gestão Pública, n. 247

BEZERRA NETO, Arnaldo Rodrigues; FRANÇA, Vladimir da Rocha. O teletrabalho como modalidade concretizadora da eficiência administrativa no ambiente público federal. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 13-27, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

OKU, Enio Nakamura; MELLO, Carla Angélica de. Acordo de ajustamento de gestão: estruturação de seu procedimento com base no modelo das três linhas do IIA 2020. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 29-50, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Licitações: a nova lei – 15. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 51-85, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

ANDRADE, Leandro Teodoro. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): fluxo regular e possibilidades de revisão dos estudos. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 87-99, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino de. O agente público e os crimes de dispensar/inexigir e frustrar/fraudar o processo licitatório. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 101-121, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação cível originária - Direito constitucional e financeiro - Lei de responsabilidade fiscal - Operação de crédito - Concessão de garantia pela união - Divergência entre a Secretaria do Tesouro Nacional e o Tribunal de Contas do Estado sobre o prazo de reenquadramento do Estado autor aos limites das despesas com pessoal (arts. 19, 20 e 23 da LRF) - Princípio da boa fé nas relações interfederativas - Princípio do federalismo de cooperação - Pedido julgado procedente. STF - Ação Cível Originária nº 3.271/DF. Relatora: Rosa Weber. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 123-139, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta de inconstitucionalidade - Constitucional e administrativo - Art. 85, caput, Lei nº 12.509/1995 do Estado do Ceará - Tribunal de Contas Estadual - Auditor - Período de substituição - Subsídio conselheiro - Vinculação ou equiparação remuneratória - Não verificada - Violação ao modelo federal - Inocorrência - Ação direta julgada improcedente. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.951/CE. Relator: Edson Fachin. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 141-149, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação cível originária - Direito constitucional, financeiro e sanitário - Lei de responsabilidade fiscal - Comprovação de regularidade financeira do estado no Cadastro Único de Convênios (CAUC) - Exceção do artigo 25, §3º, da LRF, que afasta a suspensão de transferência voluntária de recursos nas hipóteses de ações federativas voltadas à educação, à saúde e à assistência social - Aplicabilidade da exceção no caso concreto, porquanto inserido o convênio no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), com objeto voltado à tutela da saúde pública - Pedido julgado procedente. STF - Ação Cível Originária nº 3.459/RN. Relatora: Rosa Weber. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 151-157, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo em recurso especial - Ausência de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 - Prescrição - Anulação de termo de aditamento de contrato de concessão de exploração de malha rodoviária - Termo inicial - Fim da vigência do contrato administrativo - Precedentes - Controle jurisdicional das decisões do Tribunal de Contas - Possibilidade - Cerceamento de defesa pelo indeferimento de provas - Incidência das Súmulas nºs 7/STJ, 283 e 284 do STF - Preclusão consumativa - Anulação de aditivo contratual - Desequilíbrio financeiro - Possibilidade. STJ - Agravo em Recurso Especial nº 1.783.990/SP (2020/0288074-1). Relator: Herman Benjamin. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 159-196, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. [Jurisprudência] Tomada de Contas Especial - Aquisição de medicamentos - Concessão de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato não justificada - Citação - Rejeição das alegações de defesa - Contas irregulares - Débito - Multa. TCU - Processo nº 037.241/2018-4. Relator: João Augusto Ribeiro Nardes. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 197-213, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. [Jurisprudência] Consulta - Contratos de parcerias público privadas - Concessão comum, patrocinada e administrativa - Limites quantitativos - Não aplicabilidade do art. 65 da Lei nº 8.666/93 - Identificação e referenciação em editais de licitação e minutas contratuais - Impossibilidade, salvo por meio de lei - Alterações contratuais - Necessidade de justificativa. TCE/MG - Processo nº 932.529. Relator: Sebastião Helvécio. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 215-257, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à lei de responsabilidade fiscal (art. 24). Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.247, p. 287-290, jul. 2022. ISSN 1676-5826.

Revista Brasileira de Direito Público, n. 77

SOUZA, André Boccuzzi de. A (in)competência da Justiça do Trabalho para julgamento das ações de empregados públicos (celetistas) e possíveis reflexos do julgamento pelo STF do Tema nº 606 (repercussão geral): análise dos casos de nulidade do vínculo jurídico. Revista Brasileira de Direito Público - RBDP, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 9-30, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

CAMELO, Bradson. Uma abordagem jogo-teórica das estratégias (atuais e possíveis) do Estado brasileiro para a pesquisa em energia renovável. Revista Brasileira de Direito Público - RBDP, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 31-50, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

MAKSYM, Cristina Borges Ribas. A pessoa jurídica de direito público como vítima de dano moral nas ações de improbidade administrativa: uma análise crítica da doutrina e da jurisprudência. Revista Brasileira de Direito Público - RBDP, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 51-71, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

GODOY, Daniel Polignano. O regime de nulidades da Lei nº 14.1333: uma importante consolidação do estado da arte das nulidades no direito administrativo. Revista Brasileira de Direito Público - RBDP, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 73-98, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

AZEVEDO, Elis Mary Avelina de. A força dos precedentes judiciais: um breve recorte sobre o fim da dispersão da jurisprudência brasileira e suas consequências. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 99-116, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

GANDARA, Leonardo André. A Lei de Barragens de Minas Gerais: conflito de competências e (des)incentivos normativos. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 117-133, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

CONRADO, Márcio Macedo; MENEGUIN, Fernando B. Impactos da Lei nº 13.655/2018 nos órgãos de controle e seus reflexos na administração pública. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 135-155, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

NÓBREGA, Marcos; NETTO, Pedro Dias de Oliveira. Incompletude contratual e reequilíbrio no âmbito do Direito Administrativo: por que os contratos não se comportam como o Direito imagina?. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 157-171, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

SALLES, Nélio Zattar de Mello Carneiro. O que podemos aprender com os requisitos de admissibilidade da class action norte-americana. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 173-188, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

HAÜPTLI, Paulo Rogério. O seguro garantia em defesa no meio ambiente. *Revista Brasileira de Direito Público - RBDP*, Belo Horizonte, v.20, n.77, p. 189-207, abr./jun. 2022. ISSN 1678-7072.

Revista Jurídica, v.72, n.538

CASTRO, Cássio Benvenuti de. Testemunho escrito. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.72, n.538, p. 9-33, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. A imagem como um direito da personalidade autônomo. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.72, n.538, p. 35-63, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

CREUZ, Luís Rodolfo Cruz e. Transformação da ANPD em autarquia de natureza especial e a Medida Provisória nº 1.124/2022: norma aguardada vem cumprir determinação da própria LGPD. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.72, n.538, p. 65-69, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

CLARO, Carlos Roberto. A Lei nº 11.101/2005 e o perito judicial: algumas reflexões. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.72, n.538, p. 71-86, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

CASTRO, Rodrigo Ramos Freire de; LOPES, Túlio Arruda da Ponte; GOMES, Francisco Danilo de Souza. O princípio da boa-fé objetiva e a funcionalização dos direitos obrigacionais. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.72, n.538, p. 87-103, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. O STF e os critérios para decretação da prisão temporária. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.72, n.538, p. 105-110, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

DUPRET, Cristiane; PESSÔA, Ulisses. Médico anestesista é preso em flagrante por estuprar paciente durante parto. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.72, n.538, p. 111-115, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional e Processual Civil - Agravo Interno na reclamação - Nulidade por não citação da parte beneficiária da decisão reclamada (art. 989, III, do CPC) - Inocorrência - Ausência de demonstração do prejuízo - Violação ao que decidido por esta corte no julgamento da ADPF 387 - Aplicação do regime de precatórios às empresas estatais de natureza não concorrencial - Recurso de agravo a que se nega provimento. STF-AgRg na Reclamação nº 53.711. Relator: Alexandre de Moraes. *Revista Jurídica*, São Paulo, v.72, n.538, p. 117-131, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil - Agravo Interno no Conflito de Competência - Recuperação judicial - Execução fiscal - Penhora - Submissão do ato ao juízo universal - Art. 6º, §7º-B, da Lei nº 11.101/2005 - Possibilidade - Inexistência de conflito - Decisão mantida. STJ- AgInt no Conflito de Competência nº 185568-SC (2022/0014460-9). Relator: Antonio Carlos Ferreira. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.538, p. 133-143, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Agravo Interno em Agravo de Instrumento - Retificação do valor da causa - hipótese fora do ROL do art. 1.1015 do CPC - Taxatividade mitigada - Não aplicação - Ausência de urgência. TRF 2ª R- Agravo de Instrumento nº 0000556-72.2021.4.02.0000/RJ. Relator: Marcus Abraham. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.538, p. 145-155, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação anulatória por ausência de citação válida - Querela nullitatis - Forma de citação da massa falida - Citação pelo correio - Validade - Dever de atualização cadastral. TRF 4ª R- Petição (Seção) nº 5053523-86.2020.4.04.0000/RS. Relator: Rogerio Favreto. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.538, p. 157-162, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso em Habeas Corpus - Tráfico de drogas - Ilícitude das provas - Consentimento do morador - Invasão de domicílio - Ausência de fundadas razões - Justa causa não verificada - Constrangimento ilegal evidenciado. STJ- Recurso em Habeas Corpus nº 160.289-MG (2022/0038020-4). Relator: Olindo Menezes. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.538, p. 177-198, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Habeas Corpus - Latrocínio e ocultação de cadáver - Dosimetria - Art. 59 do Código Penal - Fixação da pena-base acima do mínimo legal - Valoração negativa da culpabilidade - Estratégia criminosa devidamente premeditada - Circunstância não inerente ao tipo - Elementos acidentais devidamente declinados, a demonstrar a necessidade de apenamento mais gravoso - Segunda etapa do cálculo da pena - Duas circunstâncias atenuantes consideradas preponderantes, nos termos do art. 67 do Código Penal (menoridade relativa e confissão espontânea) - Conjuntura que, por si só, impõe a fixação das penas no mínimo legal, conforme pretendido pela defesa - Ordem de habeas corpus parcialmente concedida. STJ- Habeas Corpus nº 585.731-SC (2020/0128974-1). Relatora: Laurita Vaz. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.538, p. 199-220, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Ação civil pública por ato de improbidade administrativa - Enriquecimento ilícito - Malversação de verbas públicas - Art. 9º da LEI nº 8.429/1992 - Alterações da Lei nº 14.230/2021 - Exclusão da lide por ilegitimidade passiva - Sócia sem poderes de gestão - Possibilidade de condenação apenas de particulares - Materialidade, autoria e dolo comprovados - Manutenção da sentença. TRF 1ª R- Apelação Cível (198) nº 0005921-48.2010.4.01.3904. Relator: Marllon Sousa. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.538, p. 221-230, ago. 2022. ISSN 0103-3379.

Revista Magister de Direito do Trabalho, v. 18, n. 109

MANNRICH, Nelson. Reflexões sobre a reforma trabalhista de 2017. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 5-18, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

MARTINEZ, Luciano. The wayback machine: a máquina do tempo das provas digitais e o seu valor jurídico. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 19-32, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

DELGADO, Mauricio Godinho. Sindicatos: desafios no século XXI. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 33-65, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

TEIXEIRA, Sergio Torres; SANTOS, Raphael Arlen Cordeiro dos. Limites à revisão de acordos homologados na Justiça do Trabalho em tempos de pandemia: (im)possibilidade da relativização da coisa julgada e (in)aplicabilidade das exceções da força maior e da teoria da imprevisão diante dos princípios da razoabilidade e da ponderação. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 66-91, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

CAMPOS, Ênio; MARANHÃO, Ney. Consentimento e tratamento de dados pessoais: dificuldades da utilização do consentimento como autorizador autônomo do tratamento de dados pessoais no cenário empregatício. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 92-115, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

FONSECA, Bruno Gomes Borges da; LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Neoliberalismo, toyotismo, capitalismo financeiro e reforma trabalhista no Brasil: uma conta que fecha. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 116-127, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

PEREIRA, Alexandre Pimenta Batista. Lacuna por arrastamento? o problema da regulamentação do adicional de periculosidade ao motociclista. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 128-148, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

CREMONINI, Júlia Maria Fabrini Melo; PRAZAK, Maurício Ávila. Lei da aprendizagem: uma aliada na inserção social e na erradicação do trabalho infantil. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 149-159, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Agravo de instrumento patronal - Transcendência jurídica dos temas (CLT, Art. 896-A, § 1º, IV) - Recurso de revista patronal - Horas in itinere - Ônus da prova da incompatibilidade de horário entre o transporte público e a entrada e saída do trabalho - Fato constitutivo do direito (Súmula 90, II, do TST) - Ônus do reclamante (CLT, Art. 818, I) - Provimento. TST - Processo nº TST-RRAG-0010669-41.2019.5.03.0066. Relator: Ives Gandra Da Silva Martins Filho. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 160-167, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Inversão da ordem de julgamento - Agravo de instrumento da reclamada Uber do Brasil Tecnologia Ltda em recurso de revista adesivo - Acórdão regional na vigência da Lei nº 13.467/2017 - Competência material da justiça do trabalho - Relação de trabalho - Agravo de instrumento da parte reclamante em Recurso de revista - Acórdão regional na vigência da Lei 13.467/2017 - Responsabilidade civil objetiva - Empresa detentora de aplicativo de transporte - Briga de trânsito - Morte do motorista - Fato de terceiro relacionado com a atividade desempenhada - Excludente do nexo de causalidade não configurada - Recurso de revista da parte reclamante - Acórdão regional na vigência da Lei 13.467/2017 - Responsabilidade civil objetiva - Empresa detentora de aplicativo de transporte - Briga de trânsito - Morte do motorista - Fato de terceiro relacionado com a atividade desempenhada - Excludente do nexo de causalidade não configurada - Transcendência social e jurídica. TST - Processo nº TST-RRAG-849-82.2019.5.07.0002. Relator: Alexandre De Souza Agra. Revista Magister de Direito do Trabalho, Porto Alegre, v.18, n.109, p. 168-204, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0949.

Revista Síntese Direito Administrativo, v.17, n.201

ROMANO, Rogério Tadeu. A ADPF 935 e a defesa do meio ambiente: a evidente inconstitucionalidade do Decreto nº 10.935/2022. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 9-29, set. 2022. ISSN 21791651.

MORETZ-SOHN, Israel Prado et al. A responsabilidade civil do Estado em relação ao dano nuclear. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 30-39, set. 2022. ISSN 21791651.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Uso de bem público: concessão, permissão e autorização na Lei nº 14.133/2021. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 40-48, set. 2022. ISSN 21791651.

MARÇAL, Thaís; MACÊDO, Caio Lopes de. A convergência de oportunidades da nova Lei de Licitações para o setor de saneamento básico. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 49-59, set. 2022. ISSN 21791651.

DOTTI, Marinês Restelatto. A defesa de agentes públicos prevista na Lei nº 14.133/2021. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 60-75, set. 2022. ISSN 21791651.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A inconstitucionalidade do Artigo 23-C da Lei de Improbidade Administrativa. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 76-88, set. 2022. ISSN 21791651.

ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa. ADIn 6.421-MC e os parâmetros definidos pelo STF para responsabilização do agente público pela prática de erro grosseiro. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 89-97, set. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito administrativo – Segundo agravo interno no Recurso extraordinário com agravo – Improbidade administrativa – Fraude em licitação – Ausência de fundamentação de Repercussão geral e prequestionamento – Reexame de provas (Súmula nº 279/STF) – Tema 1199 e ADI 6678 MC – Inaplicabilidade. STF - Segundo AgRg no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.327.104. Relator: Roberto Barroso. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 98-105, set. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processo civil e administrativo – Agravo interno no agravo em Recurso especial – Concurso público – Candidata aprovada fora do número de vagas – Nomeação – Ausência dos convocados – Novas vagas – Interesse evidente da administração – Violação dos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, parágrafo único, II, do Código de Processo Civil – Omissão inexistente – Recurso não provido. STJ - AgInt-EDcl-AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1980961 – AP (2021/0283984-3). Relator: Mauro Campbell Marques. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 106-113, set. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo – Agravo interno – Ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Alagoas em desfavor do então prefeito do município de Matriz de Camaragibe/AL, por ter contratado diretamente quatro agentes para serviço temporário, mas com base em autorização da Lei Municipal nº 328/1997 – Condenação adveniente da corte alagoana com esteio em dolo genérico, em reversão à sentença de improcedência – Condenação insustentável, por não ser possível, em casos tais, dessumir o dolo específico do gestor público nas contratações, nos termos do Tema 1.108 julgado sob o rito dos recursos repetitivos – Sentença absolutória restabelecida. STJ - AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1125411 – AL (2017/0153190-6). Relator: Manoel Erhardt. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 114-129, set. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil – Desapropriação indireta – Utilidade pública – Rodovia 235-BA – Mandado translativo em favor do expropriante – Art. 29 do Decreto-Lei nº 3.365/1941 – Juros compensatórios – Não incidência – Honorários – Redução para 5% sobre o valor da condenação – Apelação parcialmente provida. TRF 1ª R - Apelação Cível (198) nº 1008478-24.2019.4.01.3306. Relator: Ney de Barros Bello Filho. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 130-134, set. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação – Administrativo – Servidor civil – Servidor civil – Processo administrativo disciplinar – Pena de demissão – Uso do cargo para lograr proveito pessoal – Comprovação – Ausência de ilegalidade do ato administrativo. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 0001504-68.2006.4.02.5002/ES. Relator: Ricardo Perlingeiro. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 135-143, set. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo e processual civil – Ação civil pública – Pedido certo e determinado: assegurar que o poder público execute obras e serviços em escolas públicas para fins de viabilizar a acessibilidade em locais de votação – Pedido vinculado ao pleito eleitoral de 2016, já consumado – Perda superveniente de objeto – Remessa oficial e apelação improvidas. TRF 3ª R - Apelação Cível (198) nº 0000380-75.2016.4.03.6003. Relator: Nery Júnior. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 144-153, set. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil – Agravo de instrumento – Mandado de segurança – Pregão eletrônico – Suspensão – Anulação da desclassificação – Edital – Princípio da vinculação ao instrumento convocatório – Interferência do judiciário – Impossibilidade – Perigo de dano – Inexistência. TRF 4ª R - Agravo de Instrumento nº 5021718-47.2022.4.04.0000/SC. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 154-168, set. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Civil – Processual civil – Nova Lei de Improbidade Administrativa – Exclusão da modalidade culposa – Inexigência de comprovação inequívoca de dolo – Aplicação retroativa – Recurso da defesa provido – Absolvição. TRF 5ª R - PJE 0800741-43.2017.4.05.8501. Relator: Paulo Cordeiro. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 169-205, set. 2022. ISSN 21791651.

COPOLA, Gina. Limitação de idade para ingresso na carreira de guarda civil municipal. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.201, p. 231-236, set. 2022. ISSN 21791651.

Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, n.139

MARSAIOLI, Marcelo Vallejo. As assembleias virtuais e abertas em condomínios e a inovação da Lei nº 14.309/2022. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 9-11, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

CALLÉ, Alexandre. Nova Lei nº 14.309, de 8 de março de 2022- permite a realização de reuniões e deliberações virtuais nos condomínios e nas associações- assembleias virtuais agora é Lei. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 12-20, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

LIMA, Carlos Gabriel Feijó de. Comentários sobre as reuniões virtuais da assembleia geral do condomínio edilício. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 21-25, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

ANDRADE, Vander Ferreira de. Breves considerações sobre a Lei nº 14.309/2022, que permite a realização de assembleias e reuniões virtuais de condomínios edilícios e possibilita a sessão permanente de condomínios. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 26-29, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BAUM, Marcelo Gustavo. Nova Lei permite assembleias virtuais pelos condomínios e pelas organizações da sociedade civil. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 30-31, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

ROMANO, Rogério Tadeu. Violação de regra jurídica, tutela cautelar e ação rescisória. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 32-57, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

NÚÑEZ NOVO, Benigno. Lei nº 14.365/2022: novas conquistas para advocacia. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 58-65, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

ALMEIDA, Felipe Cunha de. Exigência da promessa de doação e a análise de sua existência e viabilidade jurídica à luz da boa-fé objetiva e das perdas e danos. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 66-81, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; FRANÇA NETTO, Milton Pereira de. Qual deve ser o regime de responsabilidade civil aplicável à inteligência artificial no Brasil?. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 82-90, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

CREUZ, Luís Rodolfo Cruz e. Condomínios e associações- privacidade de dados e nomeação de encarregado/DPO- a figura do encarregado não seria mais obrigatória para condomínios e associações?. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 91-97, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

CLARO, Carlos Roberto. Administrador judicial e o prazo de quarenta dias. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 98-102, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

CRUZ, Ramiro Luiz Pereira da. A Lei do Superendividamento e ampliação principiológica do CDC. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 103-117, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso Especial - Reexame - Art. 1.040, II, CPC/2015 - Tema 492/STF - Ação declaratória de inexistência de obrigação - Loteamento - Pagamento de taxa de manutenção - Previsão em contrato-padrão submetido a registro imobiliário - Cláusula autoriza a cobrança das despesas administrativas pelo loteador - Anuência expressa com a obrigação de pagar - Distinção com o RE 695.911/SP. STJ- Recurso Especial nº 1.569.609-SP (2015/0284370-5). Relatora: Nancy Andrighi. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 118-138, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso Especial - Direito civil - Responsabilidade civil - Ação de indenização por danos morais e materiais - Multiplicidade de causas de pedir - Perseguição - Práticas ofensivas - Suspensões - Exclusão de associado - Descumprimento de decisão judicial - Prescrição trienal - Não ocorrência - Art. 206, §3º, do Código Civil - Ação anulatória - Ajuizamento anterior - Relação de prejudicialidade. STJ- Recurso Especial nº 1852820-SP (2019/0368689-3). Relator: Ricardo Villas Bôas Cueva. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 139-148, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso Especial - ação revisional de contrato bancário c/c repetição de indébito - Obrigação de trato sucessivo - Prescrição - Prazo aplicável - Direito intertemporal - Regra de transição. STJ- Recurso Especial nº 2.001.617-PR (2022/0139061-2). Relatora: Nancy Andrighi. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 149-157, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Desapropriação por interesse social para reforma agrária - Embargos à execução - Acolhimento da conta realizada pela contadora judicial - Sentença extra petita - Não ocorrência - Apelação desprovida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0000019-73.2012.4.01.3701/MA. Relator: Cândido Ribeiro. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 158-166, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Embargos de declaração - Processual civil - Alegação de omissão - Execução individual de sentença coletiva - Prescrição da pretensão executória - Questão decidida com base em outros fundamentos - Embargos desprovidos. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 5049955-76.2019.4.02.5101/RJ. Relator: Fabio de Souza Silva. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 167-177, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Cível - Vícios de construção - MCMV - Sentença de parcial procedência - Recurso e ambas as partes - Apesar do entendimento desta turma sobre a legitimidade passiva da CEF, diante do fato de que a ré não ocorreu dessa questão, o mérito será analisado - Laudo técnico - Vícios de construção - Necessidade de reforma - Responsabilidade - Descabimento de pagamento em pecúnia - Obrigação de fazer - Danos morais - Entendimento STJ - Ausência de circunstância excepcional violando o direito de personalidade sentença parcialmente reformada - Recurso da parte autora desprovido - Recurso da CEF parcialmente provido. TRF 3ª R- Recurso Inominado Cível (460) nº 0003456-72.2020.4.03.6325. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 178-184, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Apelação Cível - Direito à saúde - Ônus financeiro - Responsabilidade solidária - Honorários advocatícios - Condenação pro rata. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5077490-69.2021.4.04.7100/RS. Relator: Roger Raupp Rios. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 185-195, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Rescisória - Embargos à execução de título extrajudicial (indeferimento da petição inicial) - Litispendência entre a execução correlata (Ministério Público Federal X Município de João Pessoa) e a ação civil pública (Ministério Público do Estado da Paraíba X Sudema, Estado da Paraíba e Município de João Pessoa) - Não ocorrência - Improcedência da ação. TRF 5ª R- PJE 0808368-51.2021.4.05.0000. Relator: Paulo Cordeiro. Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil, São Paulo, v.24, n.139, p. 196-208, set./out. 2022. ISSN 2179-166X.

Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, v. 22, n. 135

DUPRET, Cristiane; PESSÔA, Ulisses. Médico anestesista é preso em flagrante por estuprar paciente durante parto. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 9-12, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

ROMANO, Rogério Tadeu. Um caso concreto de crime de estupro de vulnerável. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 13-20, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

ALVIM, J. E. Carreira; LEITE, Gisele. Extinção da punibilidade pela morte do agente: verdadeiro “enigma da esfinge”, que ainda desafia os juízes e tribunais. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 21-40, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

MENDES, Emerson Castelo Branco; ROCHA, Jorge Bheron. Denúncia caluniosa: ampliações e reduções do âmbito de incidência do tipo penal a partir da Lei nº 14.110. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 41-52, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

LIMA, Vanderlei de; RACORTI, Valmor Saraiva. Psicopata e autor de ataque ativo: prevenções, ações e alertas à população, aos operadores do direito e aos legisladores. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 53-68, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRIGAGÃO, Paula. Um primeiro olhar ao enquadramento normativo da Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel) ao mundo dos fatos. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 69-88, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo regimental em Habeas Corpus substitutivo de recurso próprio – Execução penal – Cálculo de pena para progressão de regime – Revogação do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) que não afasta a caracterização do crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006) como delito equiparado a hediondo – Classificação que decorre do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal – Agravo regimental desprovido. STJ - AgRg no Habeas Corpus nº 729.332 – SP (2022/0072818-5). Relator: Reynaldo Soares da Fonseca. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 89-100, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo regimental no Habeas Corpus – Penal – Crime previsto no art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro – Regime carcerário inicial semiaberto – Legalidade – Maus antecedentes e reincidência – Substituição da pena reclusiva por penas restritivas de direitos – Impossibilidade – Ausência do requisito subjetivo contido no art. 44, inciso III, do Código Penal – Ordem de Habeas Corpus denegada – Agravo regimental desprovido. STJ - AgRg no Habeas Corpus nº 746.805 – SP (2022/0169186-0). Relator: Laurita Vaz. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 101-106, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Penal e processual penal – Habeas Corpus – Porte ilegal de munições de uso permitido – Nulidade da prova – Ingresso na residência – Ausência de mandado de busca e apreensão – Fundada suspeita – Inexistência – Ilegalidade configurada. STJ - Recurso em Habeas Corpus nº 163.705 – MG (2022/0110381-0). Relator: Olindo Menezes. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 107-116, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processo penal – Penal – Apelação – Peculato (art. 312, caput, do Código Penal) – Ausência de provas suficientes para a condenação – In dubio pro reo – Absolvição de um dos réus – Emendatio libelli – Classificação do delito previsto no art. 96 da Lei nº 8.666/1993 para um réu – Sentença reformada. TRF 1ª R - Apelação Criminal nº 0002944-55.2016.4.01.3813/MG. Relator: Néviton Guedes. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 117-136, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo – Militar – Promoção a cabo – Denúncia em processo criminal – Ausência de comunicação – Decreto nº 4.034/2001 – Óbice à inclusão no quadro de acesso – Apelação conhecida e desprovida. TRF 2ª R - Apelação Cível – Turma Espec. III – Administrativo e Cível nº CNJ: 0013027-37.2017.4.02.5117 (2017.51.17.013027-5). Relator: Guilherme Diefenthaler. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 137-142, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Penal – Processual penal – Estelionato majorado consumado e tentado (CP, art. 171, § 3º c/c art. 14, II) – Autoria e materialidade comprovadas – Dosimetria – participação de menor importância (CP, art. 29, § 1º) – Não caracterizada. TRF 3ª R - Apelação Criminal (417) nº 0000017-71.2019.4.03.6104. Relator: André Nekatschalow. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 143-150, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Penal – Descaminho – Art. 334, caput, do Código Penal – Materialidade, autoria e dolo comprovados – Constituição definitiva do crédito tributário – Desnecessidade – Prova condenatória submetida ao contraditório – Custas processuais – Juízo da execução – Condenação mantida. TRF 4ª R - Apelação Criminal nº 5002851-88.2018.4.04.7002/PR. Relator: Nivaldo Brunoni. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 151-161, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Penal – Processual penal – Mandado de segurança – Sequestro de bem – Decisão autorizando a utilização do veículo apreendido por parte do DPF – Afronta aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade – Excesso de prazo da medida constritiva – Concessão da segurança para determinar que cesse imediatamente o uso do veículo, com a subsequente restituição do bem apreendido. TRF 5ª R - PJE 0811484-65.2021.4.05.0000. Relator: Paulo Cordeiro. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 162-179, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

ARRUDA, Élcio. Societas delinquere potest. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 201-221, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

POTTER, Raccius. Habeas Corpus. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.135, p. 222-238, ago./set. 2022. ISSN 1519-1818.

Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, v.33, n.399

LEITE, Gisele; CRUZ, Ramiro Luiz Pereira da. Assédio sexual em ambiente laboral. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 9-25, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. [Jurisprudência] Assédio sexual – Rescisão indireta do contrato de trabalho – Indenização por danos morais. TRT 4ª R - Processo nº 0021042-22.2018.5.04.0331 (ROT). Relator: Gilberto Souza dos Santos. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 26-41, set. 2022. ISSN 1519-1834.

PASSOS, Juliana Alves Franklin. As formas atípicas de trabalho pelas plataformas digitais: avanço ou retrocesso pela visão dos tribunais e do governo. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 44-50, set. 2022. ISSN 1519-1834.

CREMONINI, Júlia Maria Fabrini Melo. Aplicação da análise econômica do direito no direito do trabalho. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 51-70, set. 2022. ISSN 1519-1834.

LIMA, Camila Antunes de. A inconstitucionalidade da nova forma de cálculo da pensão por morte do RGPS pela Emenda Constitucional nº 103/2019 diante do retrocesso social. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 71-95, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Dissídio coletivo de natureza econômica – Processo sob a égide da Lei nº 13.467/2017 – Acordo homologado pelo tribunal de origem – Recurso ordinário do Ministério Público do Trabalho – Valor do desconto relativo à contribuição assistencial em favor do sindicato da categoria profissional. TST - Processo nº TST-ROT-21463-35.2018.5.04.0000. Relator: Mauricio Godinho Delgado. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 96-107, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo interno no recurso extraordinário com agravo – Direito previdenciário – Aposentadoria – Pleito de cômputo do período especial laborado como policial militar – Reconhecimento da especialidade e averbação no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – Preenchimento dos requisitos – Legislação infraconstitucional – Ofensa reflexa – Precedentes – Agravo interno desprovido. STF - AgRg no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.382.358. Relator: Luiz Fux. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 124-130, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil e tributário – Contribuição previdenciária – Horas extras – adicionais – Noturno, periculosidade, insalubridade e de transferência – Incidência – adicionais de difícil acesso e de representação – Lei local – Exame – Inviabilidade. STJ - AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1795147 – RS (2020/0310639-9). Relator: Gurgel de Faria. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 131-137, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo interno no agravo em recurso especial – Previdenciário – Auxílio- doença – Termo inicial do benefício – Data do requerimento administrativo – Jurisprudência do STJ. STJ - AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1961174 – SP (2021/0282953-1). Relator: Herman Benjamin. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 138-144, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Previdenciário – Agravo interno nos embargos de declaração no recurso especial – Ação regressiva – Acidente de segurado – Empresa empregadora – Ressarcimento de valores ao INSS pelo pagamento de benefícios previdenciários – Bis in idem com o pagamento das contribuições SAT/RAT – Não ocorrência. STJ - AgInt-EDcl no Recurso Especial nº 1952774 – RN (2021/0251306-7). Relator: Benedito Gonçalves. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 145-152, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] remessa necessária – Mandado de segurança – Restabelecimento da aposentadoria por idade – Atraso injustificado do INSS na análise do requerimento administrativo – Garantia da celeridade processual – Ofensa à legalidade – Mora administrativa – Sentença parcialmente mantida – Remessa necessária provida em parte. TRF 1ª R - Remessa Necessária Cível (199) nº 1000138-27.2021.4.01.3822. Relator: Rafael Paulo Soares Pinto. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 153-158, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelações – Direito previdenciário – Atividade especial – Pintor de veículo – Categoria profissional – Agentes químicos – EPI eficaz – Conversão de tempo especial em comum após 29.05.1998 – Ruído – Metodologia de aferição. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 5020700-82.2019.4.02.5001/ES. Relatora: Andrea Daquer Barsotti. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 159-169, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Previdenciário – Benefício por incapacidade – Laudo negativo – Possibilidade de continuar a exercer as atividades habituais – Sentença de improcedência mantida nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. TRF 3ª R - Recurso Inominado Cível (460) nº 0000045-82.2020.4.03.6337. Relator: [Uilton Reina Cecato]. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 170-172, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Previdenciário – Revisão – Aposentadoria por tempo de contribuição – Fator previdenciário positivo – Aposentadoria especial – Termo inicial do benefício – Der – Afastamento da atividade – Tema 709 STF – Correção monetária e juros de mora. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5026240-02.2018.4.04.7100/RS. Relator: Roger Raupp Rios. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 173-184, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Processual civil e constitucional – Embargos de declaração – Embargos à execução fiscal – Dívida de FGTS – Acordos firmados perante a justiça do trabalho – Pagamento direto ao empregado – Possibilidade – Verbas quitadas – Execução fiscal extinta – Omissões – Inocorrência. TRF 5ª R - Processo nº 0800277-07.2021.4.05.8201 – Apelação Cível. Relator: Rubens de Mendonça Canuto Neto. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 185-191, set. 2022. ISSN 1519-1834.

SALVADOR, Sérgio Henrique. A revisão da “vida toda” e as estatísticas que levam ao retrocesso social. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 208-212, set. 2022. ISSN 1519-1834.

ANDRADE, Flávio da Silva. Prova pericial e contraditório participativo nos JEFs. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 213-217, set. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Aposentado – INSS – Violação LGPD – Danos morais (JEF de São Paulo). TRF 3ª R - Recurso Inominado Cível (460) nº 5000086-03.2021.4.03.6345. Relatora: [Janaína Rodrigues Valle Gomes]. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.399, p. 218-226, set. 2022. ISSN 1519-1834.